



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

RAIMUNDO ROCHA FERREIRA FILHO

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E INFORMALIDADE: OS TRABALHADORES E AS
TRABALHADORAS DA FEIRA DA RUA JOSÉ AVELINO EM FORTALEZA-CE NO
CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

FORTALEZA

2022

RAIMUNDO ROCHA FERREIRA FILHO

TRABALHO, EDUCAÇÃO E INFORMALIDADE: OS TRABALHADORES E AS
TRABALHADORAS DA FEIRA DA RUA JOSÉ AVELINO EM FORTALEZA-CE NO
CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Educação Brasileira da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação
Brasileira. Área de concentração:
Educação Brasileira.

Orientadora: Prof.^a PhD. Francisca
Maurilene do Carmo.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F443t Ferreira Filho, Raimundo Rocha.
Trabalho, educação e informalidade: os trabalhadores e as trabalhadoras da feira da rua José Avelino em Fortaleza-CE no contexto de crise estrutural do capital / Raimundo Rocha Ferreira Filho. – 2023.
89 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Francisca Maurilene do Carmo..
1. Trabalho . 2. Trabalho informal. 3. Educação. 4. Crise estrutural do capital.. I. Título.
CDD 370
-

RAIMUNDO ROCHA FERREIRA FILHO

TRABALHO, EDUCAÇÃO E INFORMALIDADE: OS TRABALHADORES E AS
TRABALHADORAS DA FEIRA DA RUA JOSÉ AVELINO EM FORTALEZA-CE NO
CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Educação Brasileira da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação
Brasileira. Área de concentração:
Educação Brasileira.

Aprovado em: 27 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a PhD. Francisca Maurilene do Carmo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a PhD. Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a PhD Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que vieram antes de mim. Eu sou porque eles foram, por isso lhes peço humildemente que eu possa seguir minha vida da minha forma, sem lealdades ou compromissos com o que não é meu. Peço também força para que eu possa viver aquilo que eu vim viver.

Agradeço especialmente aos meus pais, Raimundo Rocha Ferreira e Luzinete França Ferreira, sábios na arte da vida e que muito me ensinam no decorrer de nossos dias. Embora não tenham tido a possibilidade de estudar, eles plantaram as sementes que me permitiram ser, hoje, Mestre em Educação.

À minha avó, Raimunda de Oliveira França, que junto a meus pais me criou e educou. Com ela aprendo diariamente os mais diversos provérbios que revelam uma profunda sabedoria de tradição oral herdada dos mais velhos.

Ao povo cearense, que tão bem me acolheu. Em terras alencarinas pude acessar o ensino superior público, algo que nunca terei possibilidades reais de agradecer.

À Universidade Estadual do Ceará, ao curso de Serviço Social, ao Laboratório NUAURO – Núcleo de Estudos em Afrobrasilidades, Gênero e Família, ao LAPESS – Laboratório de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, ao Ekobé e a todas as experiências acadêmicas e afetivas que me formam enquanto profissional e pessoa.

À minha *Ori*-entadora, Professora Doutora Francisca Maurilene do Carmo, pelos preciosos ensinamentos, paciência, dedicação e compromisso com a formação acadêmica, voltada à emancipação humana.

À Universidade Federal do Ceará, pela rica oportunidade de um mestrado acadêmico em educação.

À FACED – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, na qual congrega o PPGEB – Programa de Pós-Graduação em educação Brasileira, da UFC.

À CAPES, pela bolsa que me deu possibilidades reais de estudar.

À minha querida, e sempre *mamá*, Professora Doutora Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio, por todo o afeto, carinho e amizade. Ela é um ser humano na mais bela acepção da palavra, uma assídua leitora e mãe de tantos filhos, alunos, felinos,

plantas e livros. Além disso, é uma Mulher Selvagem que protege e desperta em seus filhos e filhas a arma da mulher selvagem: a intuição.

À Professora Doutora Adinari Moreira, que leva diariamente a seus alunos o que há de melhor no campo das artes, e é uma das pessoas mais fortes e belas que eu já conheci. Quem teve/tem o prazer de cursar uma de suas disciplinas, sem dúvida, desconstrói muitos preconceitos e vê o mundo de uma forma mais bela, crítica e colorida.

À Professora Doutora Jackline Rabelo, que me honrou com a sua presença na minha banca de qualificação e defesa. A admiração que sinto pela Professora Jackline iniciou mesmo antes de conhecê-la pessoalmente, pois os seus textos já demonstravam o compromisso com a educação e com a formação omnilateral.

Aos meus irmãos Vanderilo, Vando, Vanusa, Rodrigo e Maria Sofia, que me ensinam diariamente como as relações humanas são fortes e profundas, e que os nossos laços permanecem independentemente de toda e qualquer coisa.

Aos meus queridos sobrinhos, Arthur, Vicente, Caio, Elias, Suzy e Vanderilo Filho, que com seus lindos cabelos de cachos negros alegam o meu dia e enchem o meu coração de ternura.

Ao meu querido e amado filho, Zen, um felino negro, grande e que não poderia ter um nome melhor para caracterizar seu jeito de ser. Zen vem do japonês e significa meditação. Ele é o meu companheiro de todos os momentos: enquanto escrevo, está deitado olhando para mim, mas de vez em quando chama a minha atenção, pula no teclado do computador e nos divertimos. Sei que animais não possuem consciência, mas o seu carinho é verdadeiro. Muito me alegro e agradeço ao universo a oportunidade de Zen e eu nos conhecermos nessa vida.

Agradeço ainda à Lua, ao Céu, ao Mar, as Estrelas, ao Vento, o cantar dos pássaros, e as belas serras que me abraçavam, como disse Cristiane Porfírio, pois a natureza é a mãe que sustenta, acalma e fortalece. Em meus momentos de tristeza, ela e todos seus elementos de luz que me permitiram levantar e ver mais uma vez a beleza da vida.

Atotô, Obaluaiê! Atotô, meu pai!

“Não estamos alegres,
É certo,
Mas também por que razão
Haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
É agitado.
As ameaças
E as guerras
Havemos de atravessá-las.
Rompê-las ao meio,
Cortando-as
Como uma quilha corta
As ondas.
1927”

(Vladimir Maiakóvski)

RESUMO

A pesquisa em tela é um estudo que versa sobre o mundo do trabalho, tendo como foco de análise o trabalho informal, a educação e os influxos da crise estrutural do capital na vida de trabalhadores e trabalhadoras da feira da rua José Avelino em Fortaleza-CE. Nossa pesquisa se caracteriza como teórico-bibliográfica e de campo. Definimos como lócus de investigação a Feira José Avelino e, para a coleta de dados, utilizamos como técnicas a entrevista semiestruturada aplicada junto aos trabalhadores informais que lá atuam. Nossa investigação está embasada no método materialista histórico e dialético. Partimos da ontologia marxiana e luckatiana, com vistas à compreensão do mundo atual, pois como afirmou Luckács ainda em sua juventude, a totalidade é o elemento central quando se fala em método no campo do marxismo, portanto, em nossa abordagem buscamos apreender as determinações do real, tendo como foco de nossa análise o trabalho informal na feira da Rua José Avelino. Contudo, esse foi apenas o nosso ponto de partida, pois os trabalhadores e as trabalhadoras que lá atuam estão imersos em uma realidade muito mais ampla e complexa que determina a maneira como o trabalho se expressa naquele ambiente. Portanto, para buscar entender tal dinâmica, elencamos os seguintes objetivos: como objetivo geral, analisar as condições de existência e resistência de trabalhadores e trabalhadoras informais que atuam na feira José Avelino em Fortaleza. E como objetivos específicos: compreender a atualidade do trabalho como fundamento de todas as sociedades; analisar o desemprego e o trabalho informal como uma das expressões da crise do capital e identificar as condições de trabalho dos(as) feirantes que atuam na José Avelino. Nossa análise adentra a educação, o trabalho e as condições materiais de vida de nossos entrevistados/as. Em nosso estudo, vimos como o trabalho informal é uma das últimas opções para quem é impedido de vender a única mercadoria que lhe resta: a força de trabalho. Ao passo que o capital em crise suga tanto quanto pode dos poucos recursos da seguridade social brasileira, destruindo a força de trabalho, a natureza e as possibilidades de uma vida digna para quem não detêm os meios de produção. Portanto, somente uma ruptura radical e revolucionária da ordem estabelecida poderá tornar o trabalho associado e a educação livre. Dessa forma, dando as bases para a gestação de novas pessoas verdadeiramente humanas, pois por meio do trabalho associado poderão dedicar seu

tempo tanto à exteriorização de suas potencialidades quanto à educação, assumindo assim o seu caráter ontológico de formação para a vida.

Palavras-chave: trabalho; trabalho informal; Educação; crise estrutural do capital.

RESUMEN

La investigación en pantalla es un estudio que trata sobre el mundo del trabajo, centrándose en el trabajo informal, la educación y las entradas de la crisis estructural del capital en la vida de los trabajadores y trabajadoras de la feria de la calle José Avelino en Fortaleza-CE. Nuestra investigación se caracteriza por ser una investigación teórico-bibliográfica y de campo. Definimos el locus de investigación en Feira Avelino, y para la recolección de datos utilizamos las técnicas de entrevista semiestructurada aplicadas a trabajadores informales que trabajan allá. Nuestra investigación se basa en el método materialista histórico y dialéctico. Partimos de la ontología marxista y luckatiana con miras a comprender el mundo actual, pues como decía Luckács en su juventud, la totalidad es el elemento central cuando se habla de método en el campo del marxismo, por ello, en nuestro abordaje buscamos aprehender la determinaciones de lo real, centrando nuestro análisis en el trabajo informal en la feria de la calle José Avelino, sin embargo, este fue solo nuestro punto de partida, ya que los trabajadores que allí laboran están inmersos en una realidad mucho más amplia y compleja que determina la forma en que se trabaja. se expresa en ese ambiente. Por lo tanto, para buscar comprender tal dinámica, enumeramos los siguientes objetivos; Como objetivo general, analizar las condiciones de existencia y resistencia de los trabajadores informales que actúan en la feria José Avelino de Fortaleza. Y como objetivos específicos: comprender la actualidad del trabajo como fundamento de todas las sociedades; analizar el desempleo y el trabajo informal como una de las expresiones de la crisis del capital e identificar las condiciones laborales de los vendedores del mercado que laboran en José Avelino. Nuestro análisis ahonda en la educación, el trabajo y las condiciones materiales de vida de nuestros entrevistados. En nuestro estudio vimos cómo el trabajo informal es una de las últimas opciones para quienes se ven impedidos de vender el único bien que les queda; la fuerza de trabajo. Mientras el capital está en crisis, succiona todo lo que puede de los escasos recursos de la seguridad social brasileña, destruyendo la mano de obra, la naturaleza y las posibilidades de una vida digna para quienes no tienen los medios de producción. Por tanto, sólo una ruptura radical y revolucionaria del orden establecido puede hacer que el trabajo asociado y la educación sean gratuitos. De esta manera, sentando las bases para la gestación de nuevas personas verdaderamente humanas, porque a través del trabajo asociado podrán dedicar su tiempo a la exteriorización de

sus potencialidades. Así como la educación asumiendo su carácter ontológico de formación para la vida.

Palabras-clave: trabajo; trabajo informal; Educación; crisis estructural del capital.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DE TODAS AS SOCIEDADES.....	16
3	CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, DESEMPREGO E INFORMALIDADE.....	28
3.1	Pandemia: uma expressão da crise estrutural do capital.....	40
4	TRABALHO INFORMAL, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS INFLUXOS NA EDUCAÇÃO.....	45
5	OS TRABALHADORES INFORMAIS DA JOSÉ AVELINO.....	55
5.1	Trabalho informal e feirantes da José Avelino.....	55
5.2	Um breve relato sobre a relação sujeito e objeto.....	58
5.3	Vacina e repressão; as faces do estado em nosso campo de análise.....	60
5.4	Chegada ao campo na qualidade de pesquisadores.....	62
5.5	Ida até as casas de nossas entrevistadas.....	69
5.6	Facções, religiosidade e trabalho informal; expressões do capital em crise no território onde moram nossos (as) entrevistados (as)	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA.....	85
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88

1 INTRODUÇÃO

Iniciar a escrita de um texto é uma tarefa complexa, pois queremos colocar nele algo que chame a atenção, que desperte o interesse de quem o ler. Por vezes, pensamos que introduzir imediatamente o tema com suas categorias centrais é a melhor maneira, contudo, nenhuma temática é válida por si mesma, sua relevância só existe se contribui para descortinar o real, traduzindo para o nível do pensamento a concretude da vida, e dessa forma contribuindo para a compreensão do mundo.

Lembremos que as teorias sociais nasceram e perpetuaram-se porque estavam intimamente ligadas aos dramas humanos de seu tempo, por isso pensamos que antes de tudo é o presente que precisa ser pensado, compreendido e transformado.

Compreender o presente, ou no mínimo aproximar-se dessa compreensão, é uma tarefa urgente e necessária. A atualidade em sua máxima complexidade é o resultado de milhões de anos de trabalho, pois a criação incessante do novo não apenas respondeu às demandas sócio-históricas da humanidade, mas gerou outras, expandiu a esfera das possibilidades, do desejo, da vontade e do devaneio.

Nesse sentido, o conhecimento produzido no processo de trabalho permite, de um lado, um aprofundamento da compreensão do mundo, pois a causalidade vai sendo aos poucos desbravada, e, de outro, a complexificação do real, em outras palavras, a humanidade faz o seu mundo e a si.

Portanto, debruçar-se sobre o presente é perceber um mundo marcado por contradições tão profundas que às vezes parecem existir mundos, realidades e dimensões habitadas por seres essencialmente diversos. Dito em outras palavras, pensar a atualidade é refletir a humanidade que tende ao não reconhecimento de seu gênero, diferentemente do que supôs a razão iluminista, pois o avanço da ciência e da técnica não está permitindo a fruição humana, mas sim sua castração. Por isso, entendemos a necessidade de desvelar a complexidade da atualidade, buscando mirar o presente em sua totalidade, assim, talvez, conseguiremos ir além dos fenômenos.

Nessa direção, a presente pesquisa se propõe a compreender, a partir dos fundamentos ontológicos inaugurados por Marx e retomados por Lukács, as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no mundo atual, marcado pela crise estrutural do capital. Partiremos de um campo particular: os trabalhadores

informais que atuam na Feira da Rua José Avelino, pois acreditamos que é na esfera do trabalho que são produzidos todos os determinantes da vida. Assim, é a realidade que molda as formas de pensar e conseqüentemente de ser.

Elegemos o referido lócus para a nossa pesquisa pelo fato de constitui-se um dos maiores espaços de trabalho informal na capital do estado do Ceará. Nesse sentido, observaremos de perto o avanço da precarização do trabalho, pois a informalidade tem-se se apresentado como uma alternativa a quem se encontra fora da legalidade jurídico-burguesa.

A feira da Rua José Avelino é um local privilegiado para o citado estudo, pois congrega diversos vendedores e compradores de vários municípios e estados que, na busca pela sobrevivência, submetem-se às regras do mundo do trabalho abstrato, tendo em vista que o trabalho informal se torna cada vez mais precário e o ser do trabalho busca incessantemente formas de responder tanto às suas necessidades quanto às necessidades de sua família, para a reprodução material da vida.

Ancorados em Marx (2017) e Lukács (2013), tomamos como tema o trabalho e a informalidade, com foco nos trabalhadores informais da feira da José Avelino. Nessa perspectiva, elencamos alguns objetivos para a nossa pesquisa. Como objetivo geral, analisar as condições de existência e resistência de trabalhadores e trabalhadoras informais que atuam na feira José Avelino em Fortaleza. E como objetivos específicos: compreender a atualidade do trabalho como fundamento de todas as sociedades; analisar o desemprego e o trabalho informal como uma das expressões da crise do capital e identificar as condições de trabalho dos(as) feirantes que atuam na José Avelino.

Para alcançar os nossos objetivos, traçamos a seguir o nosso percurso metodológico. O método que embasa a nossa pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Faz-se oportuno observar com Paulo Netto (2011) que Marx e Engels não escreveram especificamente sobre o método utilizado por eles, ou seja, os citados autores não possuem uma obra específica dedicada ao tema. Apesar disso, no prefácio da obra *Para a crítica da economia política* (1859), traçaram um percurso de seus estudos. Assim, no referido prefácio há claros indícios de como trilhar uma investigação.

Parte-se do aparente, do fenomênico, isto é, daquilo que pode ser observado de modo mais imediato para, ao final, retornar a ele de uma forma mais

rica, porque se apreendeu as suas determinações. Nesse sentido, o fenômeno é compreendido como um ponto de partida. Tomando-o em sua aparência, pode-se então buscar suas determinações mais profundas. Assim, partiremos daquilo que nos chamou a atenção – os trabalhadores informais presentes na Feira José Avelino –, para então adentrarmos as determinações e mediações mais profundas do real, com vistas à compreensão do todo, do mundo de homens e mulheres que se constituiu de modo histórico e, portanto, passível de constantes alterações.

Ressaltamos que nessa orientação teórica, o objeto tem lugar central: “[...] Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2001, p. 20). A esse respeito, observa Tonet (2013, p.14) que: “[...] o ponto de vista ontológico implica a subordinação do sujeito ao objeto [...]”.

Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético não busca criar ou refazer de forma ideal o objeto estudado, mas na verdade busca a compreensão das determinações reais sobre ele, ou seja, parte do real e para ele retorna. Nesta direção, Araújo (2003) entende o método “como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado” (p. 259). Para que o ser que pesquisa alcance o seu objetivo, é necessário um percurso, já que a realidade não se apresenta “a olho nu”. Pensando nisso, a sobredita autora, busca apresentar os pressupostos de Marx em *O Método da Economia Política* (1859), e o primeiro deles é a historicidade. Em suas palavras: “O homem, como sujeito, é real, vive numa realidade objetiva, concreta, material, e tem sua historicidade, que é processual, construída, objetivada” (ARAÚJO, 2003, p. 261).

Como bem explicita Engels (2013), ao longo da existência os seres humanos vão construindo as suas formas de viver. Quando dão respostas às suas necessidades, vão criando outras, em um histórico processo de tornar-se humano. Araújo (2003) elucida que, no processo de tessitura de sua história, as pessoas vão entrando em contato com outras e com a realidade objetiva que as cerca, disso resultando o segundo pressuposto de Marx, a totalidade: “O real é uma síntese de muitos complexos, muitas mediações e relações, e que para conhecê-lo, é necessário considerar essa sua complexidade que compõe uma unidade, uma totalidade” (ARAÚJO, 2003, p. 263). Para Lukács (1989, p. 23), “essa totalidade concreta não é, de maneira nenhuma, dada imediatamente ao pensamento, o concreto é concreto, diz Marx, porque é a síntese de diversas determinações, portanto, unidade do múltiplo”.

A totalidade, prossegue Araújo (2003, p. 263-264), é “uma síntese de muitos processos”. Nesta direção, outras categorias vão sendo basilares para a compreensão do todo, pois lhe dão movimento, são elas: a contradição e a mediação. “A contradição é o princípio básico do movimento”, para a teórica não há possibilidade de vislumbrar o real sem suas contradições, “O novo só pode ser vislumbrado a partir do velho, numa relação de contradição, um nega o outro e, nessa negação, tanto ocorre uma ruptura quanto uma continuidade”. No que se refere à mediação, a autora explana que estas são “as diversas conexões que efetivam os processos sociais (complexos sociais), enquanto relações reflexivas”. Outrossim, a realidade não pode ser acessada de imediato, necessita da compreensão de suas determinações: “A totalidade do real se constitui pelas relações de interdependência (mediações) das esferas que compõem a vida social [...], na sociedade não existe nada que não seja mediado”.

Desta maneira, é fundamental entender as diversas faces e conexões do real, para assim acessar a essência do fenômeno, tendo a clareza de que o processo de compreensão da realidade, pela sua dinamicidade, será sempre um exercício de aproximação sucessiva e nunca de esgotamento da realidade. Cabe salientar o materialismo histórico-dialético não é um método apenas para a compreensão do real, mas também para a sua transformação, como explicita “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. (MARX, 2009, p. 126).

Quanto aos aspectos metodológicos, a investigação se caracteriza como uma pesquisa teórico-bibliográfica e de campo. Definimos como lócus de investigação a Feira José Avelino e, para a coleta de dados, utilizamos como técnicas a entrevista semiestruturada aplicada junto aos trabalhadores informais que lá atuam. As entrevistas serão feitas de forma presencial, pois o avanço da vacinação nos permitirá sair do distanciamento social, contudo, levando em consideração as normativas da Organização Mundial da Saúde – OMS. A abordagem às pessoas entrevistadas se dará por meio de amizades comuns, dessa forma, iremos até a casa de quem será entrevistado, permitindo assim uma maior observação das condições de vida desses trabalhadores e trabalhadoras que nos auxiliaram em nosso estudo concedendo entrevista.

Pensando em uma sistematização de nossa análise, dividimos o nosso estudo em quatro partes, na primeira discorreremos sobre trabalho, este como a proto-

forma do agir humano e fundamento de nossa civilização. Na segunda parte, traçamos uma análise sobre a crise estrutural do capital, desemprego e informalidade, buscando entender a crise estrutural e como ela afeta diretamente a classe trabalhadora. Em outras palavras, na ânsia de expansão se estende sobre todo o globo terrestre, o capital leva consigo o horror da guerra e a conseqüente destruição da vida e do meio ambiente em nome do consumo de objetos com uma vida útil cada vez menor, e a utilização da força de trabalho em níveis de exploração paroxísticos de quase escravidão.

Na terceira parte, tratamos dos reflexos da crise estrutural do capital sobre o complexo da educação, como uma forma orquestrada para o rebaixamento da educação da classe trabalhadora e de suas formas de compreender e interpretar as suas condições de vida num verdadeiro processo de fetichização do mundo, tentando assim evitar processos revolucionários. Na quarta, parte entrelaçamos as análises dos três capítulos anteriores para compreender as condições de vida e trabalho das pessoas inseridas na informalidade na Feira José Avelino, sabendo que aquele ambiente é fruto e reflexo de uma sociedade estruturada para a produção de valor, assim, a sociedade capitalista estende seus braços de morte sobre todos os recantos do planeta.

Por fim, trazemos breves considerações finais, retomando os pontos principais de nossa exposição, lembrando as perspectivas para o trabalho e a educação nesse início de século, os seus desafios e as possibilidades, e apontando que somente uma ruptura radical, e portanto revolucionária, da ordem estabelecida poderá tornar o trabalho associado e a educação livre. Dessa forma, dando as bases para a gestação de seres sociais verdadeiramente humanos, pois por meio do trabalho associado poderão dedicar o seu tempo à exteriorização de suas potencialidades e à educação, assumindo assim o seu caráter ontológico de formação para a vida.

2 O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DE TODAS AS SOCIEDADES

Em nossa introdução, traçamos alguns pontos importantes para esta reflexão. Descrevemos os fenômenos de nossa sociedade hodierna, como o aumento da pobreza, desemprego, violência, anti-valores e expansão da extrema direita de inspiração nazifascista, os quais demonstram uma intensificação da barbárie inerente ao sistema sociometabólico do capital em meio a pandemia de coronavírus.

Sabemos que todas essas aparições fenomênicas revelam o estágio de degradação da civilização atual, que encontrou na mercantilização da vida a sua forma mais eficaz de se reproduzir. E o capital, em sua crise estrutural, exacerba suas próprias características, alongando as suas mãos sobre o planeta.

Nessa direção, a destruição da natureza e da vida coloca em xeque a existência humana. Lembramos com Marx (2017) que a relação entre ser social e natureza é contínua e inalienável para a existência da nossa espécie. Sem o nosso corpo inorgânico, não poderemos sobreviver e tampouco realizar nossas potencialidades por meio do trabalho.

Evidentemente nem tudo sai como o planejado, e nesse fato reside uma grande riqueza, pois o erro permite a criação de novos conhecimentos, habilidades e possibilidades. Lukács (2013) chamou de casualidade essas possibilidades que não foram previstas, mas que podem ocorrer devido à complexidade do real. Engels (1982) também chama atenção para as consequências dos resultados do trabalho em relação às gerações futuras ou à natureza, já que o que é exteriorizado nem fica sob o controle de quem idealizou, pois se torna como sabemos genérico, podendo ser usado de diversas formas, e tampouco pode-se prever todos os efeitos humanos sobre a natureza.

Sabemos ainda que existem interesses ligados à produção de determinados saberes. Os objetivos de uma ação sobre o mundo e a exigência dessa ação, seja pela pessoa produtora ou por quem controla a produção (que já está ligada aos processos de trabalhos sob a égide do capital), nem sempre estão postos de forma evidente, e seus resultados podem ser perversos para o ser social ou para a natureza. Da mesma forma, podemos lembrar as modificações de quem produz no processo de trabalho.

O potencial destrutivo de determinados objetos pode ser colocado em segredo para a continuação de sua feitura ou identificados por outras pessoas depois

de os objetos terem sido objetivados. Engels (1982) indica alguns exemplos, como a pólvora que foi usada para criação de artefatos bélicos. Depois que algo é exteriorizado, sai de controle ao se tornar genérico. Hoje, as grandes potências atômicas possuem capacidade para destruir cinco planetas Terras, onde há o limite? Como impedir um cataclisma global? Como a ética e a moral podem estar ligadas ao processo de trabalho? Ao refletirmos sobre o mundo do trabalho, vemos que muito pode ser feito para a exteriorização do gênero humano, sua fruição e desenvolvimento ou o contrário. Nesse sentido, as necessidades humanas são respondidas por meio do trabalho, numa relação contínua e essencial para a existência da vida humana. Contudo, a contradição inerente às relações humanas pode levar o que seria usado para o bem do gênero àquilo que causa sua destruição. Esse tema será debatido mais adiante.

Antes de adentrarmos nessa tarefa, apresentaremos os fundamentos onto-históricos para compreensão do real, tomando por base Engels (1982), Marx (1978; 2008; 2017), Marx e Engels (2008), e Lukács (1968; 2013). Com estes autores, buscamos adentrar as múltiplas partes da realidade, desmembrando-a e reconstruindo-a na busca da relação dialética entre o particular e o universal para a compreensão do todo, pois sabemos que o nosso objeto de estudo é apenas uma fina e pequena camada de algo imensamente maior que estabelece com essa parte uma relação de negação e afirmação.

Nesse sentido, partimos de Engels, ainda em sua juventude, em seu clássico escrito, o *Papel do Trabalho para a Transformação do Macaco em Homem* (1848). Partindo deste título, já é possível inferir algumas questões essenciais em nosso texto. O trabalho aparece como categoria ontológica que possibilita a humanização do ser puramente biológico. Deste feito, Engels afirma ser a relação entre o ser social e a natureza o fundamento ontológico do mundo social.

Na citada obra, escrita no ano de 1848, Engels dialogava com o pensamento científico de sua época, tentando enterrar os vestígios do antigo regime. O nosso autor tinha uma forte inspiração iluminista, trazendo as explicações da ciência para o mundo social. Evolucionista e ateu, comungava com as ideias dos grandes intelectuais de sua época, como o Darwin na biologia, e no campo da literatura era leitor assíduo de Balzac, o qual escancarava a hipocrisia da França pós-revolucionária, trazendo à baila os costumes burgueses que enterravam o que não

queriam da aristocracia, mudando o poder de mãos mantendo as relações de opressão.

O revolucionário inglês colocava no centro do debate a humanidade genérica como construtora de sua própria vida, não mais os deuses, o destino ou a teleologia na história. Para Engels (1982), a humanidade constrói a si mesma a partir do trabalho. Para melhor exemplificarmos, nos aproximaremos um pouco mais das teorizações deste autor.

Inicialmente, elucida Engels (1982), o trabalho é a fonte de toda a riqueza, pois a humanidade transforma os materiais dados pela natureza em uma relação dialética. O ser social produz o mundo e a si porque é o trabalho “ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza”. (p.13). Dessa forma, o pensador revolucionário percebia que somente na relação indivíduos e natureza pode existir a produção do novo, numa relação constante, permanente e enriquecedora do gênero humano.

Nesse sentido, somente por meio do trabalho o ser biológico pode atingir um novo patamar evolutivo, pois essa atividade permitiu que “macacos antropomorfos extraordinariamente desenvolvidos” (ENGELS, 1982, p. 13) prosseguissem a jornada da vida. Sendo assim, Engels (1982) afirma que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (p. 13). Sem o trabalho, jamais poderíamos ter nos desenvolvido como gênero ao nível que somos hoje, pois foi o trabalho que deu vida às capacidades físicas e psíquicas da humanidade.

Na mesma direção afirma que “esses macacos foram se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco ao homem” (ENGELS, 1982, p. 14). Engels (1982) percebeu que as atividades que esses seres desempenhavam desenvolvia novas habilidades, sendo assim, a pedra de alicerce havia sido lançada e a complexificação do que viria ser a humanidade se iniciava.

O número e a disposição geral dos ossos e dos músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. Nenhuma mão simiesca jamais construiu um machado de pedra, por mais tosco que fosse (ENGELS, 1982, p.15).

Podemos inferir, com base em Engels (1982), e no que mais tarde viria a falar Lukács (2013), que foi o trabalho que permitiu o salto ontológico, por meio do

trabalho houve uma ruptura radical, brusca entre os macacos antropomorfos e a humanidade. Depois do salto, o que existia foi alterado de tal forma que não existe mais uma identidade entre os dois. Houve, com o salto ontológico, o movimento de ruptura de algumas características, mas principalmente as biológicas foram conservadas. No entanto, algo novo passou a existir. Na contradição permaneceu algo, mas o novo apareceu. Esse movimento levou milhões de anos para acontecer.

Antes da primeira lasca de sílex ter sido transformada em machado pela mão do homem, deve ter sido transcorrido um período histórico por nós conhecido torna-se insignificante. Mas já havia sido dado o passo decisivo: a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração. (ENGELS, 1982, p. 15).

Um caminho lento, gradual e permanente fez e faz com que habilidades físicas e mentais surjam e levem a humanidade por novos caminhos. Questões que, hoje, parecem simples, levaram uma quantidade de tempo imensurável para virem à luz. Engels (1982), nos lembra por exemplo que “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele” (p. 15). Hoje, podemos fazer uma infinidade de trabalhos com as mãos, capacidade que adquirimos por meio do uso desses membros na relação entre ser social e natureza para a produção do novo.

Unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pode dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1982, p. 16)

E descreve algo muito interessante “a mão não era algo com existência própria e independente [...] o que beneficiava a mão beneficiava também todo o corpo servido por ela” (ENGELS, 1982, p. 16.). Dessa forma, não era apenas a mão que se tornava livre, que adquiria novas capacidades, mas sim todo o corpo. “O domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas” (p. 17).

Nesse processo constante e permanente, o trabalho dava vida a novas capacidades e habilidades, pois a cada avanço humano surgiam novas necessidades que precisavam de respostas, e elas já não eram mais encontradas apenas na relação

direta com a natureza, embora tenha sido daí que apareceram, por exemplo, a linguagem.

Os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram a necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco um som articulado um após outro (ENGELS, 1982, p. 17).

Engels (1982) afirma que “a origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada” (p. 17). Foi no processo de trabalho que surgiu a necessidade da comunicação e, por isso, ela foi desenvolvida. Assim, os órgãos necessários para a produção de sons articulados foram aos poucos sendo formados, algo que só existe entre humanos, pois mesmos entre os animais domésticos ainda não há indícios de uma comunicação aos moldes da humana. Da mesma forma que “nenhum animal em estado selvagem sente-se prejudicado por sua incapacidade de falar ou de compreender a linguagem humana” (ENGELS, 1982, p. 17), pois essa capacidade só existe por e pelo trabalho.

Primeiro o trabalho, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob cuja influencia o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano (...) Da mesma maneira que o desenvolvimento gradual da linguagem está necessariamente acompanhado do correspondente aperfeiçoamento do órgão do ouvido, assim também o desenvolvimento geral do cérebro está ligado ao aperfeiçoamento de todos os órgãos dos sentidos. A vista da águia tem um alcance muito maior que a do homem, mas o olho humano percebe nas coisas muito mais detalhes que o olho da águia. O cão tem um olfato muito mais fino que o do homem, mas não pode captar nem a centésima parte dos odores que servem ao homem como sinais para distinguir coisas diversas. E o tato, que o macaco possui a duras penas na forma mais tosca e primitiva, foi-se desenvolvendo unicamente com o desenvolvimento da própria mão do homem, através do trabalho (ENGELS, 1982, p. 19).

Vimos até agora que o trabalho foi a categoria que possibilitou a construção do gênero humano, sendo o responsável pela criação do que hoje conhecemos como humanidade. Nossas capacidades corporais e mentais foram propiciadas pela relação indivíduos e natureza na busca de respostas às necessidades do ser humano. Em cada momento histórico a humanidade experienciou carências específicas que o trabalho sanava. Mas quando surge o trabalho? Engels (1982) nos responde que “o trabalho começa com a elaboração de instrumentos [...]. São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados como armas” (p. 20).

É interessante notar que os instrumentos são objetos colocados entre ser social e a natureza, ou seja, quando isso ocorre demonstra a presença da capacidade de pensar e de acúmulo de conhecimento sobre a natureza. Em outras palavras, as propriedades químicas e físicas dos materiais usados para a confecção de instrumentos já estão presentes na subjetividade de quem trabalha, logo a capacidade teleológica presente exclusivamente em humanos pode ser observada. Engels (1982) identifica que é aí que aparece, de fato, o trabalho e o que podemos chamar de humano.

Outra questão que influenciou o desenvolvimento do trabalho e do ser humano, segundo Engels (1982), foi a inclusão da carne na dieta humana. Ao usar ferramentas que facilitava a caça e a pesca, foi possível suplementar a alimentação, permitindo o aumento do cérebro; nessa direção, foi essencial a domesticação dos animais e a descoberta da agricultura, pois assim existia disponível uma fonte de alimentação variada sem muitos riscos. Tal processo facilitou a adaptação da humanidade em várias partes do planeta. Num devir contínuo, aparecem a agricultura, a fiação, a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria, a navegação, o comércio, a arte, a ciência, as nações, os estados, o direito e a política.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez a novas atividades. (ENGELS, 1982, p. 22).

A humanidade aos poucos foi construindo sua história, espalhou-se pelo mundo e conseguiu habitar os locais mais inusitados. Pessoas caminharam desertos, atravessaram oceanos e subiram nos picos mais altos, num leito histórico que ainda não foi totalmente reconstruído, mas sabemos que somente por meio da relação entre indivíduos e natureza isso foi possível. Nos lugares por onde passou, o ser humano levou consigo

plantas úteis e animais domésticos, modificando assim a flora e a fauna de continentes inteiros. Mais ainda: as plantas e os animais, cultivadas aquelas e criados estes em condições artificiais, sofrem tal influência da mão do homem que se tornam irreconhecíveis” (ENGELS, 1982, p. 24).

Dessa forma, a humanidade não precisa mais como os animais adaptar-se aos locais, pelo contrário: criam condições artificiais que favoreçam a sua estadia,

modificando a natureza e os animais. No entanto, nem sempre os humanos se deram conta dos efeitos dessas ações sobre o meio ambiente, e os resultados das ações humanas sobre a natureza causaram prejuízos que às vezes só foram percebidos depois. A casualidade está sempre presente nos feitos humanos.

Vimos com as ricas análises de Engels (1982) que o trabalho é a categoria fundante do ser social. Somente por meio do trabalho o ser puramente biológico pode alçar voos para além de suas velhas estruturas físicas e psíquicas, e chegar ao que hoje conhecemos como humanidade. No entanto, dado a profundidade dessa categoria, procuraremos nos escritos de Marx (2017) algumas elucidações sobre o trabalho.

Karl Marx sem dúvidas é o maior expoente da categoria trabalho. Embora tenha herdado dos economistas clássicos e dos socialistas utópicos uma rica compreensão acerca do trabalho, é com Engels que Marx dá um considerável avanço no entendimento da categoria trabalho. Engels percebeu que o trabalho, além de gerar valor, é também responsável pela elaboração do gênero humano, ou seja, por meio da busca por respostas às suas necessidades, o ser social transformou o mundo e sua natureza. Marx dá continuidade à ideia de Engels e, ao longo de sua vasta obra, desenvolve a concepção de que o trabalho é uma condição ineliminável para a manutenção da vida social, mas é em sua obra de maturidade, especificamente no capítulo 5 de *O Capital* (1857), que o autor elucida e pormenoriza essa categoria.

Inicialmente, Marx (2017) explica que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela” (p. 255) e em seguida expressa que “o processo de trabalho deve ser considerado de início independente de qualquer forma social determinada.” (p. 255) Nessas primeiras linhas o autor indica as ideias gerais acerca do tema que irá ser tratado. A primeira é a utilização da força de trabalho como uma mercadoria, mais que o processo de trabalho independe do modo de produção, pois o trabalho possui um processo único.

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza em que o homem, por sua ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua natureza (MARX, 2017, p. 256).

Marx (2017) nos recorda que apenas a humanidade conseguiu desenvolver o trabalho, e, por meio desta categoria, o ser que antes era apenas biológico tornou-se social, portanto, diametralmente diferente do que era antes.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 2017, p. 256).

O ser social conseguiu algo que o tornou essencialmente diferente: ele pode pensar e antever resultados. Por meio do trabalho, conseguimos desenvolver a capacidade de abstrair, de teleologicamente colocar em movimento conhecimentos da natureza e, então, projetar ações. A cada processo de trabalho, o que aprendemos acerca do mundo e da natureza pode ser transferido por meio da linguagem, que como vimos com Engels (1982) surgiu a partir do trabalho, aos outros indivíduos. O saber é então genérico, pertencendo, pois, ao gênero humano e podendo ser usado das mais diversas formas.

No fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo (...) Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho (MARX, 2017, p. 256).

Observamos com Marx (2017) que, por meio do trabalho, o ser social coloca em movimento o que Lukács denominou teleologia (consciência) e causalidade (natureza) para a produção do novo. No processo de exteriorização realiza a sua vontade, produzindo o que antevia abstratamente, e alia o corpo com todas as suas potencialidades para atingir um objetivo. E nesse processo altamente rico, coloca sua atenção voltada para a realização de um desejo.

Marx (2017), ao nos apresentar o trabalho de uma forma mais geral, adentra em seus pormenores, explicitando que os “elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 2017, p. 257). Explicita também que a terra e a água são objetos gerais do trabalho humano. “Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistente por natureza” (p.

257) E afirma que “se ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima” (p. 257).

O autor continua seu raciocínio, explicando que “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho” (MARX, 2017, p. 257). E em seguida afirma que “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2017, p. 257).

Essas categorias inerentes ao trabalho o colocam enquanto categoria altamente complexa, cheia de mediações e contradições, e revelam em si o desenvolvimento de capacidades próprias do gênero humano. Transformamos a natureza, porém de forma totalmente diferente do animal. Linhas atrás, vimos com Marx que o trabalho é uma atividade própria do gênero humano, pois os animais não possuem os elementos psíquicos que possibilitam o salto em direção a uma espécie que tem em si possibilidades de autodeterminação e de transformação da natureza seguindo objetivos previamente idealizados, pois essas capacidades só aparecem com o trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho e a espécie humana surgem num movimento dialético de reciprocidade criativa, existe um porque existe o outro, a capacidade biológica humana foi capaz de aos poucos dar vida ao trabalho, e este deu vida ao que chamamos humanos.

Colocar meios de trabalho entre a natureza e o ser humano revela a existência de algo essencialmente novo, não encontrado na natureza. Produzir o novo, exteriorizar objetos, é algo que existe apenas na espécie humana.

O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, e Franklin define, por isso, o homem como a toolmaking animal, um animal que faz ferramentas (MARX, 2017, p. 258).

Esses objetos permitem reconstruir a própria história humana. Sabemos que a história de nossa espécie é longa e que muito dela ainda não foi revelado. Contudo, muito do que sabemos é advindo da análise dos meios de trabalho. Essas ferramentas, por assim dizer, revelam as condições de trabalho e perceber a forma como o trabalho se desenrola é essencial para entender as estruturas sociais que o

formulam. Marx (2017) assinala que “a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas” (MARX, 2017, p. 258).

Sabemos que a espécie humana vive em grupos, e o trabalho e a sociabilidade caminham de mãos dadas, um impulsionando o outro, difícil dizer em qual medida a influência de um é maior que a do outro, porque são determinadas reciprocamente, negando e afirmando, criando e destruindo. Para pensar a história humana é preciso compreender o trabalho, pois é da produção que emanam valores, cultura, ritos, formas de estar no mundo que incidem sobre a sociabilidade e esta retorna sobre o trabalho, logo produção e reprodução social são ligadas como gêmeas siamesas que não podem ser separadas, sob o risco de morte iminente. No limiar de sua exposição sobre o trabalho concreto, Marx (2017) nos brinda com o seguinte resumo.

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Se produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto, trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é o fio (MARX, 2017, p. 260).

Marx (2017), com sua didática própria, elucida o que é o processo de trabalho.

como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais (MARX, 2017, p. 262).

Depois nos apresentar o processo de trabalho com suas categorias internas, Marx desenvolve de forma pormenorizada a relação entre os seres humanos e a natureza para a produção do novo, explicitando que esta ocorre da mesma forma em todas as formas sociais, e que somente em um dado momento da história há uma inversão nos sentidos dado ao trabalho, mas que enquanto categoria e processo continua o mesmo.

No entanto, em um dado momento da história, com a separação entre quem produz e os meios de produção, a intenção do trabalho não é mais atender as necessidades de quem produz ou da comunidade. O trabalho passa a ser uma mercadoria como as outras, com a diferença de agregar valor a outras mercadorias “nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho” (MARX, 2017, p. 262).

Lembra-nos Marx (2017) que “a natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo” (p. 262). O autor alemão recorda-nos que o processo de trabalho continua o mesmo, o que muda é a intenção do trabalho e quem se apropria dos frutos desse trabalho. Logo, o que antes era fruição se torna algo que castra. “Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente” (p. 262). O nosso autor chama esse movimento de processo de valorização, ou seja, o trabalho que se apresenta na busca da produção de mais-valia e lucro. Por isso diz “a transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital” (MARX, 2017, p. 262).

Atender às necessidades de quem produz não é mais a motivação da criação do novo. Assevera Marx (2017), “aqui, os valores de uso só são produzidos porquê e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (p. 263). Nessa direção, o lucro é buscado acima e antes de tudo, não importando os resultados desse processo para a força de trabalho ou para a natureza. A força de trabalho é, então, a mercadoria que dá valor às outras mercadorias. “Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção” (MARX, 2017, p. 264).

Adiante, em sua análise, Marx (2017) afirma que “o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu” (p. 270). Podemos concluir então que o trabalho concreto é ineliminável para a existência humana. Contudo, sob a égide do capital, a força de trabalho se torna uma mercadoria que agrega valor, pois é o tempo de trabalho que o determina. Observamos também que o trabalho se torna abstrato, porque não é mais regulado por quem trabalha, mas sim por quem detém os

meios de produção e necessita de mais valor para adquirir lucros. Esse processo permitiu um avanço muito grande da técnica e, hoje, temos um desenvolvimento pleno das chamadas forças produtivas.

Vimos neste capítulo que o trabalho é a protoforma do agir humano, foi ele que permitiu o salto do ser puramente biológico para o ser social. Nessa perspectiva, foi o trabalho que permitiu o galgar da humanidade que durante séculos vem constituindo enquanto gênero. Assim, o trabalho é a ação entre natureza e consciência para a construção do novo. Em outras palavras matéria e criatividade para moldar o mundo. No próximo capítulo, entenderemos como a atividade entre humanidade e natureza deixa ser concreta, voltada para as necessidades humanas, para ser abstrata, atendendo aos anseios da produção de mais valia, o que gerou a castração humana e a destruição da natureza para a expansão ampliada de valor, gerando a crise estrutural do capital.

3 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, DESEMPREGO E INFORMALIDADE

No capítulo anterior, apresentamos nossos fundamentos onto-históricos, para a tessitura de nossa análise, e vimos que o trabalho possibilitou o devir humano genérico, esse processo ineliminável da existência humana. Agora daremos um passo adiante, vendo como o trabalho se configura na sociedade capitalista, formando suas características fundamentais, sua aparência e sua essência no contexto de intensificação da atual e mais longa crise do capital. Nessa empreitada, nos apoiaremos em Marx (2017), Marx e Engels (2008), Mészáros (2002; 2008), Heller (1978), Federici (2010), Alves (2011), Segato (2016), Antunes (2020), Santos (2020) e nas pesquisas do instituto Oxfam (2017).

Sabemos que o processo de evolução humana foi acompanhado de sistemas de produção que correspondiam à fase real da vida humana, em outras palavras, em cada modo de produção o trabalho se apresentou de uma forma, pois as bases materiais para a reprodução da humanidade são frutos da relação entre ser social e a natureza. É na busca incessante de respostas às suas necessidades que o ser social transforma o mundo e a si, gestando o devir humano genérico.

Nesse processo foi gestado o trabalho abstrato, que é a expressão da atividade laboral no sistema capitalista, em que não se almeja primeiramente a satisfação das necessidades humanas, mas sim a reprodução do capital. Nessa perspectiva, a reprodução do capital se apresenta no enriquecimento de quem detém os meios de produção e num conjunto de valores que asseguram a manutenção da ordem. Isso gera as condições necessárias para a manutenção de um modo de produção, pois a dominação precisa, por um lado, do trabalho como produção de valor e, por outro, a produção de ideologia, cultura, hábitos e costumes que permitam a dominação, o que o velho Hegel já havia observado na dialética do senhor e do escravo, embora este o tenha feito de uma forma idealista, pois sabemos que para além da esfera simbólica e subjetiva há o uso da força, sendo o trabalho abstrato sua expressão atual.

Entendemos o trabalho informal como uma das máximas expressões do trabalho abstrato, pois é um trabalho altamente precarizado e se caracteriza como um trabalho fora da chamada formalidade e da legalidade jurídico-burguesa. Somado à precarização do trabalho, há o desmonte da seguridade social brasileira, o que se caracteriza como um processo de espoliação contemporâneo.

Os recursos que seriam destinados às políticas sociais são desviados ao pagamento da dívida pública e ao enriquecimento ilícito de empresários e políticos. Isso impulsiona o crescimento do mercado informal, pois este se apresenta como uma possibilidade de reprodução material da vida. Sem trabalho e na ausência de políticas sociais que permitam a sobrevivência a classe trabalhadora, formulam-se estratégias de sobrevivência.

Com o avanço de neoliberalismo, que por si já impossibilitava políticas sociais fortes, não podemos esquecer o atraso da elite brasileira. E dada a incongruência entre a lei, governantes e sociedade, o principal ganho da constituição federal, que era a seguridade social, mergulhou em sono profundo. Uma sociedade que se constituiu por meio da escravização de pessoas negras e que mesmo abolindo oficialmente o mercado de seres humanos, continuou explorando as pessoas negras e pobres nos moldes escravagistas não poderia permitir ganhos ou melhorias de vidas para aquelas e aqueles que consideram inferiores. Deste feito, temos uma legislação baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas que não conseguem concretizar-se em uma sociedade em que todas as pessoas não são vistas como pertencentes ao gênero humano.

Na última década do século XX, o Estado Brasileiro – que desde sua formação sempre foi mínimo para a classe trabalhadora – encolheu-se de uma forma inusitada, pois a Constituição Federal de 1988, que oficializava as políticas sociais, acabava de ser promulgada em um mundo que se afirmava neoliberal e destruía todas as políticas sociais em nome do mercado livre. Dito em outras palavras, sem trabalho e sem seguridade social que permitisse à sobrevivência, a classe trabalhadora traçou estratégias para se manter viva.

Nos países de capitalismo central, após a segunda guerra mundial, a classe trabalhadora teve enormes ganhos: o pleno emprego e seguridade social forte permitiam uma vida em níveis de bem-estar muito elevados. No entanto, essa nunca foi a realidade da periferia do globo terrestre. Nem por curtos períodos, vivemos avanços consideráveis como o do Estado de Bem-Estar social que vigorou na Europa Ocidental. A realidade brasileira, desde a invasão ibérica, é altamente predatória contra a força de trabalho e a natureza.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva iniciada no século XX, e que se intensificou com o toyotismo, apenas aprofundou uma realidade que já era existente no Brasil. Deste lado dos trópicos, a falta de emprego e a inexistência de assistência,

moradia e do mínimo para sobreviver é uma realidade antiga. A história da Europa sem dúvida influenciou e influencia o mundo periférico, mas sempre levando para esses seus ônus os frutos podres de sua incapacidade de administrar os bens roubados de diversas partes do mundo.

A nível mundial, a crise estrutural do capital estendia seus braços e buscava de todas as formas consumir algo que mantivesse o sistema sócio metabólico do capital em funcionamento. Para Mészáros (2002), a crise estrutural do capital é diferente das antigas crises presentes na sociedade capitalista, pois; “Seu caráter é universal [...], seu alcance é global, [...] sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir permanente, [...] seu modo de se desdobrar poderia ser chamado rastejante” (MÉSZÁROS, 2002, pp. 795-796). Uma crise que coloca em risco a continuação da vida na Terra e que, por isso, deve ser combatida urgentemente.

A citada crise foi gestada no início do século XX. Lembremos das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, o horror do holocausto, o declínio da ilusão de uma sociedade da abundância que nos países do centro do capitalismo se mostrou com o fim do “Welfare State”. Além disso, na periferia do mundo, as garras do capital feriram gravemente as frágeis democracias, como as ditaduras da autocracia burguesa no Brasil, Chile, Argentina, Indonésia e diversos outros países que mostraram que umas das formas do centro do capitalismo administrar a sua mais profunda e longa crise é se apropriando do fundo público de países de capitalismo periférico.

Nesse processo, as ex-colônias desempenharam um papel chave, pois novamente foram invadidas. Dessa vez, os colonizadores não chegavam em caravelas, mas treinavam os seus comparsas internos e os auxiliavam para tomar o poder. O séquito de colaboradores do capital internacional implementou seus pacotes de medidas para transferirem de forma rápida e eficaz os recursos públicos para os cofres europeus e estadunidenses via instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – e outras instituições beneméritas que salvariam o mundo da fome e do perigo vermelho.

A solução mais eficaz foram as ditaduras civil-militares, que derrubaram os governos mais progressista da América Latina. Subiram ao poder figuras que encarnavam os ditames internacionais e banalizavam o mal em uma escala assombrosa. Se a população não aceitasse de bom grado perder os recursos públicos, e da mesma forma restringir-se de suas liberdades individuais, a força em escala monumental seria usada. Assim, desaparecimentos, torturas, perseguições,

exílios e difamações foram apenas algumas das táticas usadas para calar quem ousasse ser contra o governo ditatorial. No Brasil, assistimos movimentos de resistências desde o início da autocracia burguesa que contribuíram para o enfraquecimento do regime e para a posterior promulgação da Constituição Federal de 1988.

Contudo, acreditamos que o caminho a traçar na busca da compreensão e da análise do real não pode ser apenas a partir dos marcos jurídico-legais. Pensamos ser necessário olhar para a história brasileira desde a invasão portuguesa no início do século XV, e posterior exploração da força de trabalho indígena e a negra escravizada, a sociedade nascente delineava-se diferente da dos invasores. Primeiro, era uma sociedade de três grandes grupos étnicos, raças advindas de lugares e cosmovisões diferentes: de um lado, a portuguesa colocando-se como a que buscou dominar, e do outro os povos originários e a população africana resistindo: esta trazida à força para o outro lado do atlântico, aquela arrancada de sua terra para morrer de tristeza.

A população indígena lutou por suas terras bravamente, defensores das florestas, de seus encantados e formas de viver. As formas de ver e sentir o mundo que não serviam ao projeto de dominação português, morriam de tristeza. Ao chegaram as fazendas, morriam de tiro ao tentar fugir, mas não se permitiram escravizar. Sua forma de viver nada possuía da ética do trabalho. Por sua vez, a população negra resistiu com a formação de quilombos, como o histórico Quilombo de Palmares, e diversos outros espalhados por todo o país. Havia também as resistências mais localizadas, como o envenenamento de senhores, abortos e suicídios para não continuar sob a égide da escravidão. O sistema escravocrata foi uma das piores e mais degradantes formas de trabalho. Tanto a força de trabalho negra como a indígena – usada em menor escala – era altamente precarizada e tratada de forma desumana.

Por isso, acreditamos que o mercado de trabalho deste lado dos trópicos nunca foi de pleno emprego e marcado por direitos, pelo contrário: pensamos que as antigas formas de utilização da força de trabalho no Brasil já eram germes do que hoje consideramos as formas precarizadas e de informalidade. As pessoas que saíram do lastro da escravidão ocuparam as esteiras do que chamamos hoje mercado de trabalho informal, precário e sem direitos. Na medida que compreendemos os fenômenos sociais enquanto relações concretas, humanos reais movimentam-se, desenham suas vidas e caminham na construção da realidade, embora não

construam apenas com teleologia, pois a causalidade é um componente central a dar direcionamento. Como assevera Marx (2017), constroem o real, embora não da forma que desejam.

Nessa direção, pensamos que o desemprego e a flexibilização não sejam típicos apenas a partir da industrialização pesada, pelo contrário, a formação do mercado de trabalho no Brasil foi marcada pela extrema exploração, iniciando com a escravização de povos originários e africanos. Esses povos eram utilizados como máquinas e não eram considerados seres humanos, o que deixou em nossa formação sócio-históricas marcas de opressão e desumanização que persistem até os nossos dias. Os indivíduos que hoje estão nas margens sociais são os que outrora estiveram na condição de não-humanos.

Ao nos referirmos a “trabalhar o passado escravocrata”, pensamos vários aspectos que fizeram parte da constituição sócio-histórica brasileira, principalmente o racismo estrutural, pois pensar pobreza no Brasil é também pensar raça e etnia. Embora o nosso trabalho esteja ligado muito mais a questões de pobreza, não podemos perder de vista que no Brasil a pobreza tem cor. Outro ponto que se refere à relação intrínseca entre pobreza e racismo no Brasil é a violência, característica dada à população pobre. Essa parte da população ocupa no imaginário social o lugar antes ocupado pelas pessoas escravizadas, pois o racismo estrutural se manifesta de diversas formas, ou seja, um aparato jurídico, cultural, econômico, político e ideológico atua na direção da manutenção de uma das estruturas de nossa sociedade – classe, raça e gênero. Ao longo de nosso texto, iremos explicitar essas categorias.

Nesse sentido, o imaginário social brasileiro é permeado pelo sentimento de aristocracia que se expressa por meio de violências, como o tratamento desumano à população negra e pobre. Essas, se já não são escravizadas pelo consentimento legal, o são por uma sociedade que não trabalhou seu passado escravocrata, como podemos ver na clássica análise de Marx sobre as bases para a construção do capitalismo, no tomo 1 d’*O Capital* (2017). Na esteira das análises marxianas, está Federici (2010) e Alves (2011), relatando que a acumulação primitiva do capital continua em nossos dias, e descrevendo-a como uma das ferramentas de conquista de terras, dinheiro e corpos para o sujeito do capital. Nesse sentido, a população que atua na chamada informalidade é atravessada pelos demarcadores de classe, gênero e raça.

Feito esse panorama inicial da formação sócio-histórica brasileira, pensemos um pouco nas contradições que permeiam a história universal para a formação de nossas particularidades. Fizemos até aqui um caminho inusitado, pois apresentamos primeiro as particularidades para depois apresentar a universalidade. Mas o todo não está na parte e a parte no todo embora uma não possa ser reduzida a outra? Particularidade e universalidade não estão em uma relação constante de afirmação e negação dialética?

Com o desenvolvimento das forças produtivas propiciadas pelo capitalismo, a humanidade deu um salto em direção a uma época ainda não vivida pela coletividade. As carências humanas poderiam, então, ser respondidas pelo advento da ciência e da técnica. A burguesia revolucionou, como nos lembra Marx (2008), tudo que tocou, a falta típica das sociedades primitivas, antigas e medievais já não era uma tônica, os meios para a satisfação de todas elas já eram uma possibilidade. No entanto, algo se coloca entre as benesses da ciência, da técnica e do gênero humano, os valores típicos da sociedade nascente.

Baseada na apropriação privada dos bens socialmente produzidos, a sociedade capitalista possui uma forma de reprodução do capital que eleva a níveis paroxísticos a exploração da força de trabalho e do planeta. Dessa forma, o aumento da destruição do meio ambiente e da classe trabalhadora mostrou-se desde os nascimentos do capitalismo essenciais para a manutenção de uma sociedade que encontra na destruição o seu modo natural de operar.

Invasão de terras, saques, alienação dos meios de produção e as mais diversas formas de roubo foram se apresentando no cotidiano dos indivíduos que viviam no fim da idade média, pois as bases materiais para a nova sociedade precisavam ser encontradas (MARX, 2017). O aumento do comércio foi acompanhado da exploração da força de trabalho e da invasão de territórios na América Latina, África e Ásia, colocando em prática uma das formas mais perversas de produção. A escravidão renascia, e a Europa usava de seu poderio militar, econômico e ideológico para apropriar-se de tudo que julgava necessário para o aumento de suas riquezas.

A Europa católica, branca, hétero e patriarcal seguia seu rumo em direção à riqueza dos lugares, que, para eles, eram os mais distantes do planeta. O mundo conhecido se expandia na medida que as distâncias se encurtavam. Antes, viagens feitas no lombo de mulas ou a pé, agora poderiam ser feitas de navio, alcançando a América, os reinos sulinos da África e os povos asiáticos. O que à primeira vista pode

parecer algo da mais óbvia evolução humana, foi se demonstrando o horror e a expansão da barbárie.

A escravização de povos originários foi uma das formas encontradas para o transporte, confecção, plantio e alívio dos desejos da carne. O estupro e a escravização, palavras de origens diferentes que se tornam sinônimos no decorrer da história. Quando chegaram ao Brasil em 1500, iniciava-se a pintura de um quadro que ainda não sabemos o resultado, porém com uma cor predominante, o vermelho sangue.

Em nome do desenvolvimento, do avanço econômico e da religião, os piores horrores foram praticados. A exploração da força de trabalho, sobretudo de povos originários e africanos foi obtida por meio de armas, do uso em larga escala da força, além de armamentos que esses povos ainda não conheciam. Assim, dizimaram culturas inteiras e atacaram a natureza. Numa nova lógica de produzir e de se relacionar com o mundo, começam a aparecer figuras que antes eram inexistentes. Indivíduos considerados vadios eram obrigados a trabalhar, e aparecia as protoformas da questão social ainda no fim da Idade Média.

A sociedade burguesa nascente necessitava de braços e mentes para se reproduzir, portanto, duas revoluções foram necessárias: a industrial e a francesa. Hobsbawn em seu clássico escrito *Era das Revoluções* (1962) nos apresenta um panorama da Europa ocidental nesse período, mostrando as profundas transformações que se processaram naquela parte do globo e logo em seguida espalhando-se por todo o planeta.

Com o fim da segunda Guerra mundial, a humanidade via-se arrasada, com um saldo aproximado de 60 milhões de mortos. A razão, que se dizia a salvadora do mundo, mostrou-se algoz, sem limites para o que a humanidade poderia fazer de pior. Abrem-se alguns olhos. A Rússia Revolucionária era um obstáculo para a dominação completa das nações ocidentais, pois anos antes o exército vermelho marchou contra o nazifascismo em diferentes frentes de batalha, mostrando assim sua força, o que inquietava comandantes do capitalismo. A URSS torna-se um perigo, era preciso a todo custo combater o chamado, perigo vermelho.

O mundo mal saía de uma Guerra Mundial sangrenta para entrar em outra talvez não menos perversa, mas que por se desenrolar em campos não europeus e não envolver várias nações ao mesmo tempo, ficou conhecida como Guerra Fria.

Conflitos no Vietnã, Coreia, revoluções na China, Cuba, Nicarágua, ditadura no Brasil, Chile, Argentina, Guerras de independência por toda África.

Enquanto isso, a Europa Ocidental vivia o seu sonho de ouro. A fome da Segunda Guerra Mundial e toda sorte de privações de seus seis anos de guerra eram então recompensados com o pleno emprego e o avanço das políticas sociais. O Estado do Bem-estar Social recompensava a população europeia e mantinha longe o perigo vermelho, que antes era um espectro e agora tinha marchado sobre a Berlim nazista e conglomerava inúmeras nações entorno dos ideais socialistas.

Diante disso, o Estado reaparece como baluarte de uma sociedade em crise e regulador das relações sociais, para manter a paz e a reprodução do capital garantido à ordem burguesa. Colocam então de lado os valores liberais, pois se antes pregavam a supressão do estado e a liberdade dos mercados, somente um estado forte seria capaz de restabelecer a ordem. Economistas e dirigentes dos governos mundiais viam que, sem a esfera estatal, era impossível a reprodução do sistema capitalista.

A seguridade social foi essencial durante a vigência do estado de Bem-Estar Social. O pleno emprego foi acompanhado de políticas públicas fortes, previdência, saúde e assistência social, que eram conquistas de um mundo pós-guerra. Séculos de luta da classe trabalhadora foram ouvidos. Vemos aí como as políticas sociais possuem um caráter contraditório: por um lado, atendia reivindicações históricas da classe trabalhadora e, por outro, era usada para combater o avanço do socialismo.

No entanto, de onde vinham os recursos para a reconstrução da Europa e logo depois para o investimento em sua seguridade social? A Europa, arrasada pela guerra, contraiu empréstimos enormes com os Estados Unidos, no chamado Plano Marshal, levantando o continente europeu que tinha sido palco da última grande guerra. Em 1946, criam o FMI e o Banco Mundial para extorquir os países em desenvolvimento que mergulhavam pouco a pouco em regimes ditatoriais e subservientes aos interesses internacionais. Qual, então, a melhor maneira de abrir os cofres do sul se não colocando presidentes que estavam dispostos a fazer tudo que as nações de capitalismo central mandassem? Assim, o Norte encontrava soluções para os seus problemas.

Com um capitalismo novamente fortalecido e com a nação do tio Sam à frente, empresários viam a possibilidade de reassumir o controle total, elegendo

presidentes que fizessem o que desejavam. Ronald Reagan e Margareth Tachear reafirmavam os ideais liberais, é a chegada do neoliberalismo.

O rápido avanço das políticas neoliberais se deu com o uso da força e de ideologias e ditaduras que se espalharam pela periferia do mundo. Enquanto se anunciava a cultura estadunidense como o que havia de melhor, seus hábitos e modos de vida eram representados nos cinemas, rádios e televisores como o ápice da evolução humana, em detrimento do nacional.

Com uma verdadeira usurpação do PIB de nações em subdesenvolvimento e uma regressão no campo dos valores, a direita avançava na medida em que colocava todas as suas medidas em pauta. A primeira delas é a negação do direito a ter direitos. As posturas neonazistas e neofascistas foram a tônica nos períodos ditatoriais: ódio aos pobres, às minorias e a caça aos direitos trabalhistas deixaram um saldo negativo no campo da social-democrático. Os valores democráticos passam longe de serem efetivados em um país como o Brasil, que tem na sua formação o autoritarismo, o mandonismo e o sentimento de aristocracia de uma classe média que não se reconhece enquanto classe trabalhadora.

Encarando a pobreza como uma categoria moral, tivemos um avanço considerável da miséria concomitante a uma afirmação dos antivalores do capital, que favoreceram a reprodução do seu sistema socio-metabólico. De saldo, temos a destruição generalizada da natureza e da humanidade. Heller (1978) nos recorda que vivemos uma época na qual é preciso lutar contra a possibilidade do fim da própria história, dado o caráter destrutivo do desenrolar do capital. Esse pensamento é corroborado por Mészáros (2002), que afirma que somente rompendo com os modos de reprodução do capital poderemos pensar a construção de um novo mundo.

Desde 2008, com a crise do mercado imobiliário norte-americano e sua rápida expansão sobre o mundo, o debate sobre crise financeira internacional se tornou a tônica cotidiana: jornais impressos, televisivos e digitais relatam os efeitos nefastos da crise e as revoltas cada vez mais constantes da classe trabalhadora, que, insatisfeita diante das condições de vida, traz à esfera pública suas demandas. Também os países periféricos recorrem a empréstimos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e colocam em prática as receitas de cortes de gasto com a seguridade social, o que agrava as condições de vida da classe trabalhadora. Em vez de avanços, observa-se a onda crescente de desemprego, aumento da miséria e da fome. Entretanto, por mais nefasta que possam parecer os efeitos do neoliberalismo

e da reestruturação produtiva, sabemos que a situação é mais grave. Mészáros (2002) aponta que desde meados dos anos 1970 o capital entrou em sua mais profunda crise, denominada pelo pensador húngaro de crise estrutural do capital.

Sabemos que a crise vivida hoje pelo capital é uma crise global que afeta todos os países do mundo. Esses países, ligados pelas teias do mercado, sentem as suas oscilações como uma aranha percebe seus emaranhados ao ser tocado por uma presa. Contudo, o professor nos alerta que a crise faz parte do *modus operandi* do capital, que longe de querer uma supressão destas, as usa para se expandir.

A crise atual alcança todas as esferas da vida, da produção e reprodução social, usando as guerras como uma forma de acumulação nefasta aos moldes da acumulação primitiva do capital. É importante assinalar que, nessa fase de desenvolvimento do capital, a destruição é alma gêmea da acumulação, pois se destrói para depois reconstruir o que Marx e Engels apontam no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. O capital, atingindo um alto grau de desenvolvimento, destrói o que está feito para retomar o processo e auferir lucros, como “o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou” (MARX; ENGELS, 2008, p. 17).

Nessa perspectiva, se for preciso destruir meia parte da Terra para ganhar alguns trilhões, os donos do capital não hesitarão fazê-lo, como indica Mészáros (2002, p. 802), “se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua auto reprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade”, desrespeitando a vida, as soberanias nacionais e esmagando tudo que encontra pela frente, para depois reconstruir com altos lucros.

Segundo dados da Oxfam (2017), em 2016, oito pessoas concentravam metade da riqueza mundial, o que nos mostra que a crise é lucrativa somente para um punhado de pessoas. Enquanto uma em cada dez pessoas vive com menos de US\$ 2 por dia, o estudo aponta que em cerca de 25 anos, o mundo terá o seu primeiro trilionário. Sozinho, ele precisaria gastar US\$ 1 milhão por dia durante 2.738 anos para consumir desproporcional riqueza. No início desse ano, a organização inglesa divulgou novos estudos, indicando que 75% do cuidado está a cargo das mulheres e meninas não remuneradas. Além do mais, de onde viria a riqueza?

Diante de tamanho absurdo, e refletindo criticamente o momento histórico que vivemos, Segato (2016) considera que esta é a “Fase Apocalíptica do Capital”, que em meio à desigual distribuição de renda o mundo se refeudaliza. Nele, os novos

senhores feudais têm poder sobre a vida e a morte de bilhões. Essa organização do poder recai sobre os corpos femininos de forma mais atroz e voraz.

Nesse contexto, a alienação se exacerba, mas como nos lembra Heller (1978), nenhuma pessoa vive somente na esfera do cotidiano sem elevação ao humano genérico. Deste feito, observamos a luta contra a dominação de classe, gênero e raça que se expande em um momento de acirramento da crise. Mézáros (2002) enuncia que vivemos uma verdadeira crise de dominação.

O sistema existente de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação histórica desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão. Desse modo, ao manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de cinquenta vezes, põe em perspectiva o absurdo desse sistema de dominação (MÉSZÁROS, 2002, p. 801, grifos do autor).

Nosso autor prossegue sua análise dizendo que a atual crise atinge a tripla dimensão do capital, ou seja, produção, circulação e consumo, sendo impossível apenas deslocar as contradições do sistema. Em seu caminhar rastejante, vai levando a sua maldição e desestabilizando as formas de acumulação. O feiticeiro não possui controle sobre seus poderes, é preciso novos livros de magia, novos ingredientes para as poções. A classe trabalhadora é a cobaia dos experimentos macabros do capital com seu caldeirão fervente.

Como expressão da crise no Brasil, temos um negacionismo exasperador, negando questões básicas como o formato da terra, a eficácia de vacinas, a história da escravização no Brasil, as mortes por coronavírus, o uso de urnas eletrônicas nas eleições e uma variedade de questões que se relacionam com a ciência de forma geral. O uso das notícias falsas, ou *fake news*, nas últimas eleições presidenciais deixou um saldo nefasto para a sociedade brasileira. Tudo é passível de dúvidas, como se não existisse mais critérios para o estabelecimento de verdades. Não defendemos verdades prontas, acabadas e imutáveis, pois o campo da ciência se caracteriza pelo critério da investigação, da afirmação e da possível refutação caso algo novo seja descoberto, mas não podemos desconsiderar o avanço da ciência nas mais diversas áreas, seja as biológicas, as sociais/humanas ou as exatas.

O cenário de dúvida criado pelo avanço de mentiras cria também um campo social passível de manipulação, propício para a afirmação de aberrações e uso da própria concepção sobre o mundo e daqueles em que a pessoa acredita como critério

universal para o real. Sabemos que não é a consciência que determina o mundo, mas o contrário, tampouco uma consciência falsa refutada pela ciência que se coloca contrária ao avanço humano. Não há outra saída senão levantar-se contra o capital.

Nesse contexto, a educação tem papel importante, pois é preciso o desenvolvimento de uma concepção socialista que enfrente a ideologia dominante. Sabemos que o papel revolucionário é centralmente protagonizado pela classe trabalhadora. Sempre apoiado em Mészáros, Antunes (2020) nos relembra a diferença entre capitalismo e capital. Capitalismo é uma forma de produzir capital, mas o capital existiu antes e poderá existir depois do sistema capitalista, pois está baseado no tripé estado, capital e força de trabalho assalariada.

Lembramos com Mészáros (2011) que, somente rompendo com o sistema sócio-metabólico do capital – trabalho, capital e estado –, poderemos dar outro passo na direção de uma civilização humanamente justa. Nessa direção, recordamos o pensamento do jovem Marx quando, refletindo sobre o lento e gradual devir da humanidade, observou que para o surgimento de outra forma de produção e reprodução social é preciso gestar no sistema existente as condições de outra possibilidade de vida. Nesse sentido, Antunes (2020) nos relembra a diferença entre capitalismo e capital. O capitalismo é uma forma de produzir capital, mas o capital existiu antes e poderá existir depois do sistema capitalista, pois está baseado no tripé, estado, capital e força de trabalho assalariada.

Nessa perspectiva percebemos que, diante da crise estrutural do capital – que recai sobre os corpos dissidentes e a natureza de forma perversa –, movimentos de resistências das mais diversas ordens levantam-se, sejam dos chamados novos movimentos sociais, como o feminismo, o negro, LGBTQI+, do campo da economia ou formas grupais de organização da vida, como comunidades alternativas ou afirmação de epistemologias de povos que foram historicamente considerados às margens civilizacionais. Vemos sementes de transformações nesses movimentos, pois acreditamos que é preciso uma mudança em todos os níveis do ser, principalmente no campo da axiologia. Sem embargo, os meios de produção são essenciais e, sem estes, não seria possível uma base material para a mudança de valores. Porém, jamais podemos perder de vista que as estruturas sobre as quais se ergue o capitalismo estão para além da produção material. A imbricação entre as opressões de classe, gênero e raça são baluartes para o modo de operar da sociedade hodierna.

Dessa forma, concordamos parcialmente com Mészáros (2011) quanto à forma de conter a reprodução do capital, pois as opressões de gênero e raça podem permanecer, mesmo rompendo com as opressões de classe. Percebemos também que, ao longo da história, o "ônus de guerra recai de forma mais contundente sobre o feminino e também sobre tudo o que se refere ao feminismo. O caminhar da humanidade sob a égide do patriarcado tem sido perverso principalmente com as mulheres. É preciso uma contra-hegemonia, uma concepção que privilegie o olhar dos indivíduos oprimidos diante do mundo, ou, nos dizeres de Mészáros (2008), uma educação que tenha por horizonte ir além do capital.

3.1 Pandemia: uma expressão da crise estrutural do capital

Em um contexto deveras complexo, anormal e perturbador, o ano de 2020 começou com notícias sobre um vírus misterioso que começava a infectar pessoas na província de Wuhan, uma das maiores do território chinês. Situados do outro lado mundo, com oceanos e continentes inteiros entre nós, pensávamos que seria como a gripe H1N1, um leve surto que atingiria no máximo as maiores cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde de fato logo em março daquele ano foram sendo confirmados os primeiros casos.

O vírus aproveitou-se da globalização e viajou o mundo. Ásia, Europa, América do Norte, Central e do Sul, entre elas, o Brasil. As grandes metrópoles, com sua gama de atividades, atraíram inicialmente o vírus, que inconformado com a badalação dos grandes centros urbanos expandiu o seu raio de alcance. Com isso, o interior do país experimentou o medo da morte repentina por sufocamento. Como se não bastasse a pandemia e as dificuldades inerente ao enfrentamento de uma questão de natureza tão profunda – crise humano-sanitária –, soma-se a esse contexto o negacionismo da ciência de uma forma geral, fazendo figuras públicas, como o presidente do Brasil, se recusarem a tomar a vacina contra o coronavírus.

Como testemunhas da aflição, na medida em que a contaminação foi considerada uma pandemia, é difícil colocar em palavras os pensamentos que logo habitaram as nossas mentes, sobretudo o medo da morte. O que fazer diante de algo invisível que pode invadir as nossas defesas corporais, parar os nossos pulmões e, em poucas horas, nos levar a óbito num leito de hospital, sem família, sem ar, sem direito a um velório? As construções humanas que buscaram durante séculos nos

afastar ao máximo das barreiras naturais não conseguiram evidentemente nos livrar das nossas fragilidades físicas.

Somos seres sociais, no entanto, como nos lembra a ontologia marx-lukacsiana, somos também seres orgânicos, pois sem corpo não há mente e tampouco essência sem matéria. Com o avanço da pandemia, séculos de construções teóricas que abrigávamos no campo mental e que ignoravam o corpo foram sendo colocadas de lado, pois o corpo precisa ser preservado para a sua sobrevivência.

Diante da possibilidade da morte, tivemos que parar indústrias, comércios, turismos, a educação e tudo que não fosse essencial para a manutenção imediata da vida. O mundo precisou parar, e nós que tínhamos o campus universitário como uma segunda morada, nos vimos atônitos, pois o abrigo do lar tornava-se novamente determinante entre viver ou morrer – como no tempo das cavernas quando precisávamos imperativamente de paredes físicas entre nós e os predadores. Agora, um vírus tão pequeno que não pode ser visto a olho nu poderia atacar a qualquer momento. Menor que um grão de arroz e mais forte que uma manada de mamutes em fuga.

Trancados – aqueles indivíduos que tiveram a possibilidade de isolamento social –, começamos a pensar um pouco sobre a existência. Primeiro, a qualidade de nossas moradias, o acesso ao básico para viver e os dramas da existência humana. Ao mesmo tempo, as desigualdades crescentes mostravam quem tinha/tem o direito à vida, exacerbando as contradições inerentes ao sistema capitalista.

Antunes (2020), nos recorda outra crise, ainda mais profunda que a crise sanitária causada pelo coronavírus e suas consequências para a humanidade. Falamos da crise do próprio modelo de produção que vivemos, que é uma crise estrutural. Antunes (2020), apoiado nos estudos de Mészáros, estabelece uma relação entre a pandemia e a crise estrutural do capital, pois o momento que vivemos é um aprofundamento da relação predatória com o planeta, estabelecido pelo sistema capitalista. Sempre apoiado em Mészáros, Antunes (2020) nos relembra a diferença entre capitalismo e capital: capitalismo é uma forma de produzir capital, e o capital existiu antes e poderá existir depois do sistema capitalista, pois está baseado no tripé, estado, capital e força de trabalho assalariada. O autor relata ainda que ao lado da grande mortandade há um aumento da miséria.

O aumento exponencial da pobreza, da fome e da violência doméstica durante a pandemia de coronavírus mostrou a exacerbação das contradições do

capitalismo. Também é imperativo recordar que vivemos desde o início do século passado uma série de transformações sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais que demonstram a insustentabilidade da forma de produção e reprodução social de nossa civilização. A crise vivida na nossa sociedade é profunda e irreversível sob a égide do capital.

Marx e Engels, em *O manifesto comunista* (2008), refletem sobre as mudanças ocorridas no mundo após a chegada da burguesia ao poder. Assumindo o lugar de mando e suscitando o controle de forças repressivas e ideológicas, a burguesia tratou de desfazer-se de todas as velhas obrigações do Antigo Regime, o que foi de grande avanço para a humanidade. No entanto, na ânsia por lucros, a burguesia colocou no lugar central a mercadoria, que em seu duplo caráter, como explicita Marx em *O Capital* (2017), sobrepõe o valor de troca ao de uso. Longe de ser feita para atender as necessidades humanas, a sua função primeira é auferir lucros a quem detém os meios de produção.

Antunes (2020) afirma que somente rompendo a lógica do modo de produção poderemos construir outra sociedade sobre novas bases estruturantes que não a subsunção do trabalho ao capital e o estado voltado ao atendimento das demandas das classes dominantes. Lembramos com Mézázros (2011) que somente rompendo com o sistema socio-metabólico do capital – trabalho, capital e estado – poderemos dar outro passo na direção de uma civilização humanamente justa. Nessa direção, recordamos o pensamento do jovem Marx quando, refletindo sobre o lento e gradual devir da humanidade, observou que para o surgimento de outra forma de produção e reprodução social é preciso gestar condições de outra possibilidade de vida no sistema existente.

Com o distanciamento social, fomos levados ao ensino remoto, mesmo que a contragosto. Em situação de calamidade, não tivemos muitas possibilidades de resistência, pois o estudo remoto que foi colocado para as instituições de ensino públicas vem se caracterizando mais uma vez como uma forma de fragilizar a educação pública, da educação básica às pós-graduações. Nós, que pensávamos vivenciar o espaço universitário em todas as suas potencialidades, nos vimos privados (as) dessa possibilidade.

Ao mesmo tempo, vemos a lógica da mercadoria e do consumo se manifestar em um número exacerbado de *lives* e de aulas remotas, com duração de três horas, além de palestras, de aulas assíncronas – aulas gravadas que devem ser

assistidas depois – e da falácia de que poderíamos fazer isso tudo, porque estávamos no conforto do lar etc. Observamos sermos incapazes de acompanhar esse ritmo e, por vezes, nos sentimos culpados de não seguir uma velocidade que é mais uma vez ditada pelo sistema que reproduz o capital. Consuma, tudo é mercadoria!

Como falamos anteriormente, é difícil narrar o que vivemos sem colocar em palavras os nossos medos, as incapacidades, frustrações e raivas. Mas ao mesmo tempo, não podemos esquecer as contradições e o movimento dialético da realidade. Santos (2020) nos recorda que os momentos de crise podem ser usados para um salto qualitativo em várias questões e aponta que a pandemia possui uma pedagogia, embora cruel. O autor relata que não podemos conceber o presente apenas como negatividade, mas que podemos olhá-lo de forma múltipla. Nesse sentido, penso minha própria experiência em tal contexto: embora permeada de medo, também é de esperança e de encontro com o meu corpo. A pandemia mostrou que temos corpos e precisamos dele para sobreviver.

Assistimos às manifestações de vários países contra as políticas de austeridade fiscal, contra o racismo, a xenofobia e diversos antivaleiros trazidos à baila pela direita ultraconservadora que está aos poucos caindo do poder. Não podemos esquecer que flores podem nascer no asfalto, como disse uma vez Drummond. Temos os movimentos antivacina, terraplanista, negacionista, mas temos rebeldias, e os germes da construção de outro modo de vida. Antunes (2020) e Santos (2020) compartilham da ideia que uma das positivities do momento é que vemos que há outras possibilidades de viver para além do frenesi característico da sociedade contemporânea.

Ao mesmo tempo, alguns países estavam melhor preparados para lidar com a crise de coronavírus: quando ainda possuíam um estado de bem-estar social, a exemplo da Europa, ou com financiamento mais amplo do Sistema Único de Saúde (SUS), como o Brasil. Embora as políticas neoliberais de congelamento de gastos com a seguridade social brasileira tenham retirado milhões de reais, o SUS se mostra com força e capacidade de luta em meio a essas tantas adversidades. Pessoas ricas, famosas e as mais pobres são vacinadas por esse sistema de saúde, que vem sendo sucateado há várias décadas, desde o seu nascedouro na década de 1990. Sairemos da crise com um sistema de saúde público fortalecido socialmente?

Santos (2020) lembra do caráter mais ou menos democrático das pandemias, que em certa medida atinge toda a humanidade, embora lembre que haja

diferenças em relação à classe, gênero e raça¹, ideia corroborada por Antunes (2020). Embora saibamos que não estamos todos no mesmo barco, é possível ver que estamos no mesmo oceano. Mas em diferentes embarcações, sairemos da pandemia com um sentido de humanidade fortalecido do ponto de vista humano genérico? Essas questões evidentemente não serão respondidas nesse trabalho, mas o mero fato de serem levantadas a partir do movimento do real, já significa em si que possibilidades podem ser vislumbradas.

Provavelmente ainda levaremos alguns anos para sair dessa pandemia, e, como assevera Santos (2020), talvez tenhamos outras ainda mais fortes devido à relação que esse sistema civilizacional estabeleceu com a natureza. Como disse Tonet (2016), estamos em uma encruzilhada: ou atuamos para a continuação ou para o seu fim, ou afirmamos algo além do capital ou o reproduziremos levando o mundo a hecatombe.

¹ Embora Santos (2020) não compactue da teoria crítica revolucionária, a profundidade de seu estudo não poderia ser deixada de lado. Como sobreviventes desse contexto, vemos nas linhas traçadas pelo citado autor, filetes de esperança. Santos (2020) também partilha de ideias críticas sobre a atualidade, concordando com a necessidade de transformação, contudo não concordamos que possa existir transformações realmente profundas sem um processo revolucionário conduzido pela classe trabalhadora.

4 TRABALHO INFORMAL, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS INFLUXOS NA EDUCAÇÃO

Vivemos momentos de incertezas no que tange ao devir humano-genérico, como em poucos momentos históricos registrados no percurso humano. Estamos diante de um mundo em que as faces do capital são mostradas em sua vileza, imersos na crise estrutural do capital e nas suas manifestações fenomênicas (ANTUNES, 2000), como o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a precarização cada vez mais acentuada na força de trabalho que nos colocam. Esse cenário se agrava diante da pandemia da COVID-19, já que as contradições da sociedade hodierna são postas a olho nu diante de todos, tornando impossível aos apologistas do capital direcionarem o *post festum* para debaixo do tapete. Nesse sentido, observamos o avanço da pobreza em meio à riqueza, e o avanço de mortes por sede e fome diante da opulência das mesas fartas dos donos do capital.

Neste capítulo, daremos seguimento à nossa análise. Partindo do exposto até aqui, nos auxiliaremos em Engels (1987), Marx (2017), Marx e Engels (2008), Lukács (1968; 2013), Meszáros (2002; 2008), Antunes (2000), Tonet (2016), Bochetti (2017), além de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2015), Almeida (2019) e Kowarick (1987). Buscaremos nesses autores compreender a forma como o trabalho abstrato está influenciando o complexo da educação em meio à crise estrutural do capital, agravada com a pandemia de coronavírus.

Na impossibilidade de expandir-se em velhos moldes sem grandes perturbações, o capital se viu acuado e pôs fim às velhas ilusões do falso binômio capitalismo/democracia, reacendendo o fogo do ancião vulcão que se pensou extinto². Vemos no mundo e no Brasil o avanço de posturas protofascistas que muito nos revoltam e amedrontam. Vimos também no decorrer das últimas eleições brasileiras o *revival* de postura nazifascistas, em que grupos de extrema direita viam seus antagonistas históricos como inimigos que deveriam ser eliminados.

Comprendemos na esteira de Engels (1982), Marx (2017) e Lukács (1968; 2013) que o trabalho é a protoforma do agir humano, o que indica que foi a interação entre humanidade e natureza que criou e complexificou o gênero humano, permitindo que o ser puramente biológico saltasse para a esfera social. Ao trabalhar, o ser

² Aqui fazemos uma referência a Jacques Brel, em sua célebre canção *Ne me Quittes Pas*, no original lê-se “*On a vu souvent Rejaillir le feu D'un ancien volcan Qu'on croyait trop vieux*”.

modifica o seu meio e também a si, o que leva a humanidade a alçar voos em direções antes não percorridas, além de criar os caminhos, as necessidades e as soluções. O trabalho permitiu que a generidade humana se expandisse sobre a terra, adaptando o ambiente para que o ser social habitasse os mais recônditos e inóspitos recantos do planeta.

Com a complexificação do ser social, nos tornamos capazes de fazer escolhas, de decidir dentre as opções reais as direções do nosso devir. Contudo, nem só de flores são ladeadas as direções humanas, e nesse percurso são feitas escolhas que dominam o ser social, em vez de permitir sua exteriorização, e isso lhe faz dócil para os anseios das classes dominantes. Se refletirmos sobre a educação nas sociedades anteriores ao surgimento das classes, perceberemos que esta era a educação para a vida, situação que muda drasticamente depois do aparecimento da sociedade de classes. Os cânones da educação utilizaram os seus saberes para um ensino classista: dominantes e dominados separados para cada um receber a sua cota de saber³, os últimos recebendo menos, nada mais que o suficiente para operar uma máquina.

A concepção descrita acima surge na esfera do trabalho e reverbera sobre os diversos âmbitos da sociedade, tendo em vista que a reprodução está diretamente ligada à produção num verdadeiro movimento dialético de determinação recíproca. Sendo assim, os ataques à força de trabalho são sentidos no cotidiano coletivo, que é determinado pelas relações de produção.

As relações de produção nas sociedades de classes são marcadas pela relação de poder desigual: uma classe dominante e detentora dos meios de divulgação ideológico torna o seu pensamento também dominante, como assinala Marx e Engels (2009). Ponce (1988) também demonstra como a educação na sociedade de classes é usada majoritariamente pelos detentores do poder.

Vemos o avanço da violência, por exemplo, a recente invasão às terras dos Yanomami no estado de Roraima, ao norte do Brasil, onde estupraram uma menina de 12 anos (GELEDÉS, 2022), jogaram ao rio uma criança de 3 anos e, desde então, não se sabe onde foi parar o restante dos membros da comunidade Yanomami.

³ Condorcet, Pestalozzi, Montessori ou o brilhante Voltaire somente para citar algumas ilustres figuras da educação que buscaram apaziguar as massas, dando o saber em doses homeopáticas para os filhos e filhas da classe trabalhadora, pois viam no proletariado um perigo que precisava ser combatido, como nos lembra Ponce (1988).

Vemos o desenrolar de uma verdadeira guerra contra os povos tradicionais e contra os corpos femininos. Mulheres e meninas são as primeiras a serem violentadas e mortas. Concordamos com Segato (2016) quando a autora diz que é uma guerra dirigida principalmente contra as mulheres.

A destruição sistemática da natureza, dos povos tradicionais, do feminino e tudo que a ele faz referência são os reflexos de uma sociedade patriarcal, racista e classista. É sobre os corpos das mulheres, negros (as) e pobres que recai o ódio do burguês, o macho branco dono do feudo, que da casa grande manda açoitar e matar os que estão na senzala. Sabemos que os desvalores que embasam as citadas atitudes tiveram seu nascedouro na forma de produção capitalista, por isso partimos daí, com vistas à compreensão do presente.

Em meio à crise do capital que adveio da própria lógica destrutiva desse sistema de produção, não há mais lugar para dúvidas: são necessárias posições firmes diante do panorama social que se delineia e que coloca em risco até mesmo a vida humana. Com o complexo da educação não é diferente, Tonet (2016) expressa que a educação está em uma encruzilhada: ou atua para a intensificação da barbárie ou aponta para a superação socialista.

Sabemos que o complexo educacional mantém uma relação com o trabalho de dependência ontológica, com a autonomia relativa e com a determinação recíproca (TONET, 2016). Nessa perspectiva, os trabalhadores e as trabalhadoras da educação são importantes no movimento de reprodução social, de afirmação ou negação de valores. Durante a pandemia do coronavírus, assistimos o acirramento das contradições sociais, econômicas, ideológicas e políticas que atingem a sociedade como um todo, demandando desses (as) trabalhadores (as) posições diante dos efeitos catastróficos da expansão do capital em crise. A precarização do trabalho docente, o enxugamento dos conteúdos e a virtualização da atividade do ensino são apenas alguns dos rebatimentos da crise sobre o exercício profissional e a consequente aprendizagem do corpo discente.

No contexto da pandemia do coronavírus, o mercado criminoso da educação virtual avança sobre a educação pública, aparecendo como uma “solução” que oferece um ensino remoto, mas que desconsidera as particularidades socioeconômicas do corpo discente das escolas e universidades públicas brasileiras. Os grandes grupos empresariais da educação, como o Kroton e os sucessivos ministros da educação, não estão dormindo nesse período, pelo contrário: buscam

formas de estender seus braços sobre as universidades com o projeto Future-se, que no fundo quer a privatização do ensino público utilizando a velha falácia da modernização.

O Future-se não foi bem recebido pela comunidade acadêmica nacional, mas ainda paira como agouro, como uma pequena nuvem que de repente pode se tornar uma tempestade tropical. E, na mesma direção, a reforma do ensino médio, que passou a vigorar no Brasil com o velho discurso da modernização, quando na verdade é um discurso ultrapassado, como na música de Mercedes Sosa: “Um representante dos traidores dos aplausos, um servidor do passado em roupa nova, um eternizador de deuses falsos, alegria fervida com pano e lantejoulas” (RODRIGUES, 1982, p. 13).

Ao lermos o livro de português em volume único para o ensino médio (CAMPOS; ODA, 2020), nos assustamos com o desserviço prestado à educação brasileira de quem idealiza uma educação cada vez mais tecnicada, utilizando força de trabalho barata. É uma educação voltada para atender as demandas de empresários e as de governantes que anseiam por uma população funcionalmente analfabeta. Conteúdos como escolas literárias, figuras de linguagem, e textos de autores clássicos como Machado de Assis foram retirados do material didático, e na parte do livro que trata de “contos”, o texto base é uma publicação no *Twitter*. No livro, ainda aparecem as publicações nas redes sociais de pessoas como Larissa Manoela e do comediante Carlinhos Maia. Vemos como o sujeito do capital tenta de todas as forças impedir a capacidade de interpretação e de leitura do mundo pela classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, crianças e adolescentes utilizam como forma de diversão músicas que utilizam um forte apelo sexual, repetição de palavras e frases de baixo escalão que não permitem reflexão e elevação, em outras palavras uma arte usada para a dominação e domesticação dos corpos. Vemos nos complexos da arte e da educação as formas que essa sociedade capitalista em crise utiliza as formas de bestialização da classe trabalhadora, negando não apenas a fruição do espírito, mas também a possibilidade de percepção do ser social como membro de um gênero que habita o planeta coletivamente e que partilha portanto questões similares.

Instituições de fomento internacional, como o Banco Mundial e o FMI, muito se alegram com essas medidas, pois os seus interesses econômicos exigem medidas draconianas contra as políticas sociais no sul do planeta. Nessa direção, não há lugar

para ilusões ou apaziguamentos: mais uma vez na história humana percebemos que na luta de classes não há empate. Os pacotes do mercado financeiro internacional são descarregados sobre a classe trabalhadora, ferindo principalmente a periferia do capital, os corpos femininos, a população negra e a natureza, que agoniza diante das queimadas, dos “acidentes” catastróficos e da utilização exacerbada de agrotóxicos. As receitas neoliberais são colocadas em práticas, e as contrarreformas em todas as direções se apropriam do fundo público, num processo de espoliação contemporânea, como destaca Bochetti (2017).

Avanço da miséria, adoecimentos físicos e mentais, avanço do conservadorismo em posturas cada vez mais nazifascistas – frutos do avanço da extrema direita no Brasil e mundo – abalos econômicos, culturais e o desenrolar perverso de um mundo que se reproduz por meio da destruição são algumas das características de uma civilização em crise. Na segunda metade do século passado, Mészáros (2002), retomando o pensamento de Marx, formulou o conceito de crise estrutural do capital. Segundo ele, as aparições fenomênicas, como a reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização das leis trabalhistas são advindas de algo muito profundo, pois não há mais solução para o drama humano sob a égide do capital. Somente uma ruptura com o sistema socio-metabólico do capital tornaria possível a criação de outra sociabilidade.

Portanto, no contexto atual, marcado pela regressão dos direitos sociais e pelo avanço do conservadorismo em meio à pandemia de coronavírus, percebemos acentuação das contradições do capital, tornando a miséria ainda maior em meio à acumulação exagerada de bens e poder por um diminuto e insignificante grupo. Isso mostra a impossibilidade da resolução da situação da humanidade sem uma ruptura radical com as bases civilizacionais que sustentam uma ordem desumana e cruel.

Somadas à investida cada vez mais perversa contra a força de trabalho, a destruição sistemática da natureza, a indústria da guerra, a farmacêutica, a escravização contemporânea são apenas alguns dos fenômenos da crise estrutural do capital. No cenário atual, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora são reflexos de uma política orquestrada, planejada e executada em seus pormenores. Nada do que está acontecendo é obra do acaso, pelo contrário: os intelectuais das classes dominantes se metamorfoseiam em figuras despreparadas e insanas, mas na verdade são lobos em pele de cordeiro, prontos para atacar todos

que se mostrarem contrários aos seus planos de usurpação de tudo que pertence à classe trabalhadora.

Os que vivem da venda da força de trabalho estão a cada dia numa situação de aumento da penúria, vivendo com o aumento da fome, da sede e de morte por doenças curáveis, além de uma alimentação precária, rica em gorduras, sódio e carboidratos que levam ao adoecimento em massa. Somamos a esse contexto as doenças crônicas, como diabetes, colesterol, pressão alta, enxaqueca, processos de ansiedade, depressão e suicídios, que são a tônica do tempo presente. Vemos que, na sociedade do capital, viver com dignidade não é permitido a quem não detém os meios de produção.

Recordemos que estamos em um mundo que não permite o ócio para quem não tem os meios de produção. Em outras palavras, a classe trabalhadora, que só possui a força de trabalho, ou vende essa força ou morre de fome. Nesse sentido, os que não conseguem adentrar ao mercado de trabalho formal são obrigados a encontrarem formas de sobrevivência. Dessa forma, o mercado de trabalho se apresenta limitado, na forma do desemprego crônico, impondo à vida as dores da fome e levando todos a buscarem formas de se manter vivos e o mais longe possível dos desprazeres.

Importa elucidar que, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2015), apenas 25% da população mundial possui um vínculo de trabalho formal. Nesse sentido, refletiremos sobre a formação humana da maior parte da humanidade, pois 75% da população mundial está vivendo fora da formalidade, e pensaremos nas formas de produção e reprodução do sistema sóciometabólico do capital por meio da informalidade.

A informalidade é uma estratégia da classe trabalhadora frente à reestruturação do capital, na busca pela sobrevivência daqueles que são impedidos de vender a sua força de trabalho. No Brasil, isso tem raízes profundas, da peculiar formação do mercado de trabalho no país à atual recessão econômica vivida, sobretudo, a partir do golpe jurídico-parlamentar perpetrado pela burguesia nacional com apoio do capital financeiro internacional, que entendemos como uma das estratégias de reorganização do capital.

Nessa direção, pensamos que nossa pesquisa é uma tentativa de compreender o mundo presente, pois é esse contingente significativo de informais, juntamente com aqueles que estão na chamada formalidade, a massa de

precarizados, que produzem mercadorias e reproduzem os valores que sustentam a lógica destrutiva do capital.

Na atualidade, marcada pela degradação do mundo do trabalho, burguesia e Estado encontram na flexibilização das leis trabalhistas e na redução de políticas públicas formas de administrar a mais longa e profunda crise da sociedade capitalista contemporânea, nomeada por Mészáros (2002) como crise estrutural do capital. Essa crise vem aprofundando principalmente as desigualdades sociais, num contexto marcado pela regressão dos direitos, que se configura um verdadeiro desmonte da parca seguridade social brasileira, uma agudização da barbárie (BOSCHETTI, 2017).

Com o desemprego crescente, a classe trabalhadora está sendo impedida de vender a única mercadoria que lhe resta, sua força de trabalho. A força de trabalho é o que permite a reprodução de uma classe que foi expropriada de tudo que possuía, alienada de suas ferramentas, da terra, sobrando-lhe a prole e o corpo que precisa materialmente de reprodução. Manter a vida é imperativo, o que há de instintivo é acionado, comer, beber, dar disso aos seus.

Vivemos num país que historicamente não possibilitou a criação de um mercado de trabalho que absorvesse um grande número da população, forjada sob a escravidão. A sociedade brasileira vive suas marcas indeléveis que estruturam uma sociedade opressiva com traços fortes de autoritarismo e expansão do racismo em sua versão mais perversa, o racismo estrutural que determina lugares de vida e de morte (ALMEIDA, 2019).

Na história da colonização brasileira, os indivíduos que foram escravizados eram obrigados a produzir o que era necessário nas fazendas, fosse referente à alimentação, a trabalhos braçais ou à força de trabalho levada ao máximo de exploração, sob ameaça de castigos severos. Fora da relação senhores e escravizados, ficava uma figura interessante, a dos “vadios”, que, sem a possibilidade concreta de trabalho, eram assim denominados. Após a libertação dos (as) escravizados (as) e a importação de força de trabalho europeia, engrossaram-se as fileiras dos “vadios” livres. Os (as) escravizados (as) viram-se desamparados (as) pelo poder público, enquanto em muitos locais do país permanecia a escravidão (KOWARICK, 1987).

Nessa perspectiva, uma massa de desempregados foi a realidade da formação sócio-histórica do Brasil. Mais que nos países de capitalismo central, o desemprego é crônico nessa região tropical desde a invasão ibérica. Somado a isso,

temos um estado que impedia a continuidade da vida de quem não vendesse sua força de trabalho. Acreditamos que é esse grupo social que está comercializando na feira da rua José Avelino. Sem outro meio de manter a vida, esses trabalhadores são impelidos à informalidade, mesmo em tempos de pandemia de coronavírus. Os noticiários mostram a aglomeração de indivíduos naquele ambiente, mesmo com as notícias de aumento de contaminação pela Covid-19 em sua segunda onda expansiva, como mostram as manchetes de importantes jornais alencarinóis.

O governo brasileiro, com seu discurso negacionista da ciência, colabora para o avanço de posturas que colocam em risco a vida. Sabemos que os indivíduos inseridos no mercado informal geralmente não possuem outra fonte de renda e, por isso, vão às ruas para realizar suas atividades, mesmo com a possibilidade de contaminação. Isso demonstra o grau de desumanidade do momento atual, que não pensa em poupar a vida dos pobres. Além disso, o auxílio emergencial, que poderia ser um forte aliado da defesa à vida, é de um valor irrisório e muitas pessoas estão com problemas para ter acesso a ele. Os poucos recursos da Seguridade Social são tolhidos para expandir a riqueza daqueles que se apropriam do fundo público.

Pensamos ser esse um reflexo da crise estrutural do capital, que se expande cada vez mais, acentuando as características próprias de um sistema baseado na alienação, na expropriação e na acumulação privada que se exacerba e recai sobre a classe trabalhadora de forma voraz, principalmente sobre as mulheres, população negra e LGBTQIAP+, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e todas as pessoas que não estão inseridas na lógica do binarismo heterossexual.

Neste contexto de regressão surgem as rebeldias e as tentativas de mudanças ao redor do mundo: protestos se espalham pelo mundo Chile, Polônia, Inglaterra etc., embora ainda não percebêssemos essas tentativas no nosso campo de estudo. Ali, ao conversarmos com vendedores, percebemos uma decepção com a política, uma certa revolta, mas que acaba por ir numa direção que consideramos enganosa. Naquele espaço, muitos acreditam que a militarização da política seria uma solução para um país em crise econômica, cultural, política, ambiental e humana.

Diante disso, qual o papel do trabalho e da educação? Sabemos que as transformações no mundo do trabalho são profundas e que estas reverberam sobre os mais diversos âmbitos da vida. Nesse processo, todos os complexos sociais advindos da complexificação da generidade humana por meio do trabalho são

atingidos. Assim, produção e reprodução são essenciais para a busca da mudança radical, uma mudança revolucionária que permita à humanidade alçar um novo voo, ultrapassando assim sua pré-história (MARX; ENGELS, 2008).

Para ilustrar tal dinâmica, podemos citar a perda de perspectiva frente a uma vida não dotada de sentidos e o trágico massacre em Brumadinho, em Minas Gerais, no qual mais de trezentas vidas foram tragadas. Esse foi um desastre humano e ambiental sem precedentes na historiografia brasileira que se caracteriza como um crime contra a humanidade, considerando a ânsia de expansão de um capital em crise que se reproduz e se alimenta da vida da classe trabalhadora, qual fera ferida que atinge de morte todos/as que se aproximam.

A sociedade capitalista possibilitou o desenvolvimento pleno das forças produtivas, a exemplo de comida, moradia, acesso à educação integral, água tratada etc., realidade essa que poderia estender-se à toda humanidade, dado o avanço da ciência e da técnica. No entanto, o que vemos é o avanço da miséria, da fome e da exploração do trabalho infantil. A miséria em meio à abundância, uma cena grotesca que parece irreal, mas se torna possível graças à expansão desenfreada do capital que subsume as necessidades humanas às suas necessidades.

Na atualidade, observamos o avanço do capital e de suas contradições, que já não podem ser escondidas, pois estão postas e sobrepostas no cotidiano. Já não há mais lugar para discursos de defesa do capital sem que os (as) ouvintes questionem os fundamentos de tamanhas disparidades. O que fazer? Lutar, disputar as consciências das classes oprimidas, mostrá-las que outro horizonte é possível. As bases materiais para outra sociedade já são reais, as forças produtivas atingiram seu desenvolvimento pleno.

No próximo capítulo, trataremos de nosso lócus de pesquisa. Ali, iremos observar o desenrolar das relações sociais típicas da sociedade capitalista atual imersa na sua mais longa crise. Veremos como as investidas contra a força de trabalho têm produzido um mundo com um número cada vez maior de desempregados. Além disso, como analisamos linhas atrás, os governantes aliados do sujeito do capital produzem uma educação fragmentada, tecnicista e voltada apenas para o trabalho. Dessa maneira, a força de trabalho se torna cada vez mais acrítica, pois a educação que recebemos é planejada para que não se reflita a sua situação e não se eleve a consciência, evitando assim processos revolucionários que iriam não apenas alterar a educação, mas as estruturas que sustentam o trabalho abstrato e subsunção dos demais complexos sociais à sua lógica desumana, desumanizante e desumanizadora.

5 OS TRABALHADORES INFORMAIS DA JOSÉ AVELINO

No presente capítulo, trataremos das refrações da crise estrutural do capital sobre a vida da classe trabalhadora, principalmente aquela que consideramos a mais atingida pelas mazelas do capital: as pessoas desempregadas que encontram como única forma de sobrevivência o trabalho informal, um trabalho precarizado e fora da legalidade jurídico burguesa.

Sabemos que o interior do marxismo, sobretudo aquele ao qual estamos ligados, o ontológico-revolucionário, não defende o assalariamento, mas sim a ruptura drástica e estrutural com as bases da sociedade burguesa. Entretanto, não podemos desconsiderar que as políticas sociais ligadas ao mercado de trabalho são ganhos históricos da classe trabalhadora.

Nesse cenário de crise, trataremos do trabalho informal circunscrito à feira da Rua José Avelino. Partindo do referencial teórico apresentado no decorrer de nosso texto, tentaremos interpretar as narrativas de quem trabalha no citado lócus, pois entendemos que são esses indivíduos quem melhor pode expressar, elaborar e transformar sua própria realidade.

5.1 Trabalho informal e feirantes da José Avelino

Nesse contexto de pandemia e de crise estrutural, nos propomos a pensar as questões para a reprodução material da vida. De um lado, o desemprego em níveis alarmantes e o crescimento acelerado da miséria de muitos (as). Do outro lado, a riqueza sem limite de poucos. Uma coisa está intimamente ligada à outra. Só existe riqueza alarmante porque há miséria profunda, logo a concentração de bens se dá pela negação do acesso de um número elevado da humanidade às benesses produzidas pelo trabalho coletivo.

Nessa direção nos propomos a pensar a informalidade como um desdobramento da precarização do mundo do trabalho. Em outras palavras, pensar a negação do acesso ao trabalho. Não queremos de nenhuma forma fazer apologia ao assalariamento, pois situados no campo do marxismo revolucionário almejamos uma sociedade humanamente justa que não encontre alicerce sob as odes do capital.

Sabemos com Mészáros (2011) que o assalariamento é um dos alicerces para a reprodução do sistema sociometabólico do capital, e sendo assim, não

buscamos em nenhum momento reafirmar o trabalho abstrato que produz mais valia e atende aos interesses de quem possui os meios de produção. Nosso horizonte é uma sociedade livre, com o trabalho associado.

No entanto, sabemos que os direitos trabalhistas conseguidos em séculos de luta pela classe trabalhadora é um possibilitador de melhores condições de vida. Em casos de urgências, principalmente havendo acidentes graves ou morte, é uma forma de os indivíduos que estão dependentes de quem trabalha terem acesso a uma renda. Da mesma forma, não afirmamos o trabalho informal enquanto forma de resistência à sociedade salarial, mas um resultado da degradação do mundo do trabalho com o avanço de políticas neoliberais, em vigor na forma toyotista de produzir.

Feitas essas primeiras elucidicações, adentraremos em nossa temática. Tavares (2007) nos elucida que, oficialmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu a existência do “setor informal” na economia em 1970, em uma missão do *Bureau International du Travail* ao Quênia. Constada essa “economia subterrânea”, pensou-se que ela seria incorporada naturalmente à regulamentação de um mercado de trabalho formal, que tenderia a crescer.

Contudo, ainda segundo Tavares (2007), com o passar dos anos começou-se a ver a informalidade como ligada à economia capitalista, sendo apoiada pelo Banco Mundial (BM) como uma ocupação para os mais pobres. Tavares (2007) defende a ideia de as terceirizações serem uma das formas de expansão da informalidade. Conforme cita Tavares (2007), o Brasil passou a incorporar os ganhos no campo da economia informal para o cálculo de riquezas do país.

Tavares (2007) salienta ainda que, diferente da previsão de incorporar a informalidade às relações formais de emprego, houve um avanço desse tipo de economia. Cada vez mais, o estado cria mecanismos que permitem a sua expansão, passando a considerar a relação capital x trabalho como uma suposta relação entre pessoas jurídicas. Observamos cada vez mais um ataque à força de trabalho e à afirmação de uma lógica desumanizadora nas relações sociais que se concretiza na perda de direitos.

Sabemos que na sociedade do capital a mercadoria assumiu um caráter essencialmente novo, o de mediadora das relações sociais, transferindo assim para a dinâmica da vida o seu fetiche. Dessa maneira, possuir o maior número possível de mercadorias é tentar preencher o vazio da existência. Não importa em quais

condições essas mercadorias foram feitas – se houve trabalho escravo, exploração de menores ou contrabando –, o objetivo é ter uma mercadoria. Com a ajuda do marketing, uma sociedade depressiva vê nas coisas as soluções para seus problemas. *“Compre um celular e conecte-se ao mundo!”*, *“Compre um carro e serás livre”*.

Nessa direção, busca-se o lucro por um lado, a satisfação pelo outro e, no meio, um valor de troca que se sobrepõe ao uso. Como resultado, assistimos que a degradação do planeta e da força de trabalho nada mais tem do seu caráter de outrora, tudo foi profanado. Compreender o desemprego e a chamada informalidade num contexto de regressão dos direitos, de avanço do conservadorismo, da pandemia do coronavírus e de resistências plurais é pensar o desenrolar do presente.

Convido-lhes, agora, a um breve exercício. Imagine, retornando no tempo lentamente que um relógio gira em sentido anti-horário. Aos poucos, seus cabelos mudam o formato, o tamanho do seu corpo se transforma e você já é uma criança. O tempo continua a voltar, cada vez mais rápido. Veja os grandes acontecimentos do século XX: vamos aos burgos nascentes, até uma cidade em torno de uma igreja que domina a paisagem. Olhe um pouco mais de perto e perceba o comércio nos arredores: ladeando a igreja, as pessoas vendem e compram. Agora, pense que essa imagem pode ser vista sem precisar voltar ao passado, essa é a cena que presenciei quando cheguei ao meu campo de estudo, a feira da Rua José Avelino, no centro de Fortaleza.

A Igreja da Sé, em seu estilo gótico, domina a paisagem da cidade velha. Pessoas comercializam, ônibus clandestinos chegam e saem, indivíduos com grandes volumes correm de um lado para o outro. A feira está viva. Cerca de 10h da manhã chega “o rapa”⁴, a correria aumenta, gritos de aviso e apreensão ecoam. No citado espaço, vemos um conglomerado de indivíduos e de coisas, um verdadeiro formigueiro humano mesmo em tempos de isolamento social. Ao olhar vemos apenas a mercadoria, mas o seu fetiche precisa ser desvelado. Vamos nos aproximar um pouco mais, tentar compreender a razão de ser daquele espaço.

⁴ O denominado “rapa” é o momento em que as forças armadas do estado entram em ação na feira. Inicia-se, por volta das 9h, uma van seguida de guardas municipais que expulsam vendedores (as) das calçadas, sob ameaça de recolherem suas mercadorias. A justificativa é que as mercadorias não possuem nota fiscal.

5.2 Um breve relato sobre a relação sujeito e objeto

A pesquisa de campo possui uma especificidade e complexidade únicas. Os antropólogos clássicos, como Friederich Engels (2008), Margaret Mead (1964) ou Malinovisk (1979), apenas para citar alguns exemplos, digiram-se aos seus campos de estudos e lá permaneceram por longos períodos. Assim, conseguiam apreender o máximo possível de informações, não se limitando às falas de seus interlocutores, mas vendo de perto o desenrolar de suas vidas, suas relações interpessoais, as formas de sobrevivência e as especificidades do trabalho e da linguagem.

Em alguns casos o de Engels (2008), que viveu e conheceu de perto os operários ingleses, encontrando no mesmo espaço o seu grande amor. Por sua vez, Malinowski relatou em seu diário pessoal as dificuldades de conviver em um ambiente em que ele pessoalmente não gostava. Contudo, na aurora do século XXI, a forma de organização social não nos permite tamanha empreitada, não sabemos se devido à dinâmica da Pós-Graduação ou se a nossa formação está fora da antropologia. Uma afirmação é certa: na forma como a sociedade está organizada, dificilmente alguém poderia estar tão próximo do campo por longos períodos, pois a manutenção da vida de quem pesquisa, ou a territorialização feita pelo tráfico são fortes dificultadores para a pesquisa no campo na etnografia.

Contudo, não podemos apenas elencar as dificuldades de nosso tempo, pois no tempo da antropologia clássica os percalços também existiam. Porém, os clássicos nos deixaram um importante legado: a seriedade com a pesquisa, revelando a realidade como ela era e respeitando os princípios éticos para a realização de seus estudos. Não pretendemos com essa digressão nos comparar com os grandes intelectuais que nos precederam, mas com eles buscar possibilidades de uma pesquisa séria e comprometida.

Uma diferença entre os clássicos e nós não é apenas não termos sua capacitação e dedicação exclusiva, mas também sermos partes de nossa pesquisa. Não saímos de nosso mundo para adentrar outro desconhecido, paramos para estudar nossa própria realidade. Há mais de 10 anos, trabalhamos diretamente com feira da Rua José Avelino de forma informal. Saindo de Lagoa Grande, no Maranhão, e indo para Fortaleza, no Ceará, em viagens clandestinas, durante três dias em um ônibus sem manutenção periódica e sem seguir normas de segurança.

Nas viagens clandestinas, são constantes os acidentes, os assaltos e os furtos. As viagens demasiadamente desconfortáveis levam ao mesmo tempo passageiros e mercadorias que enchem os ônibus e seus corredores. Em alguns momentos, passageiros dormem no chão, por considerarem as cadeiras desconfortáveis; em outros, engatinham sobre as pilhas de sacos, pois os corredores e banheiros são usados como complemento aos bagageiros.

Sem espaço suficiente para o transporte de pessoas e mercadorias, os ônibus clandestinos não possuem ar-condicionado e têm o vento como importante aliado para a climatização interna dos veículos. Dessa forma, as janelas permanecem sempre abertas. Como as viagens são longas, e os compradores percorrem esse trajeto numa regularidade mensal ou quinzenal, muitas amizades nascem dentro dos transportes. Ao entardecer, alguns realizam místicas, entoando cânticos, lendo passagens bíblicas e às vezes tocando violão. Interessante que os banheiros dos ônibus são utilizados como bagageiros, principalmente na volta, então há paradas regulares em locais desabitados para que os passageiros possam utilizar o mato como sanitário.

Ao todo, a viagem dura três dias. Sai do Maranhão em direção à Fortaleza e, em seguida, em direção à Santa Maria, em Pernambuco, atravessando assim, os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Ao longo do trajeto, o ônibus faz paradas periódicas, para os clientes que reservaram suas passagens anteriormente. A saída é de Lago da Pedra (MA), a 41 Km de Lagoa Grande (MA), cidade onde moramos, 302 Km de Teresina, 875 Km de Fortaleza e 1.575 Km de Santa Maria (PE). Na volta, por cortar caminho pelo sul do Maranhão, a viagem percorre 1.285 Km até Lago da Pedra (MA), totalizando ao todo 2.901 Km, quando não é necessário desviar o caminho por estradas não sinalizadas, para evitar a fiscalização alfandegária. Isso adiciona dezenas e até mais centenas de quilômetros ao percurso.

Em uma viagem tão longa, presenciamos os mais diversos fatos: um atropelamento que resultou na morte de um ciclista; a futura fuga do um motorista, que dormia ao volante; o assassinato de um dos nossos colegas de trabalho, vitimado em assalto ao ônibus; a parada cardíaca de uma senhora, que precisou ser hospitalizada em Campo Maior (PI); fiscalizações frequentes da Polícia Rodoviária Federal que resultavam em longas paradas durante a noite. Todos os citados fatos ocorreram no período de normalidade sanitária. Isso permitia, mesmo diante dos

eventos assinalados anteriormente, a realização de nossas viagens e a realização de nossa pesquisa. Mostraremos a seguir como se deu o nosso percurso metodológico diante da pandemia do coronavírus, que já dura dois anos.

5.3 Vacina e repressão: as faces do estado em nosso campo de análise

No momento por nós vivido, a pandemia do coronavírus, sem dúvida é uma de nossas maiores preocupações e motivo de buscas de alternativas para a realização de uma pesquisa que pretendia desde seu nascedouro beber nas fontes clássicas. Para isso, nos valeríamos da observação participante, uma das principais metodologias para um bom aproveitamento das informações campais, em que o diário de campo seria uma ferramenta ímpar para o registro eficaz de tudo que fosse acontecendo.

No entanto, diante do avanço da pandemia, decidimos realizar nossa pesquisa de forma remota, tanto considerando o risco de contaminação quanto a repressão constante a feirantes que realizavam suas atividades, que ocorria diante da contaminação crescente, da aplicação extremamente lenta da vacina e dos sucessivos decretos estaduais que estabeleciam o isolamento.

Diante dos decretos estaduais que determinavam a paralisação de todas as atividades não essenciais, a feira da Rua José Avelino passou por um processo em que feirantes e compradores continuavam seu trabalho mesmo sabendo das possíveis repressões, o que de fato ocorreu com frequência. O fato mais conhecido foi a morte de um feirante, Nadson Abdnego, de 30 anos, por guardas municipais, no dia 18 de agosto de 2021 (O Povo, 2021). Não obstante, decidimos entrar em nosso campo presencialmente, embora sabendo de todos os riscos.

A força como arma legítima do estado é usada diariamente nas ruas de Fortaleza (CE). Contudo, nas mediações da Rua José Avelino ela chega a níveis paroxísticos: diariamente vendedores ambulantes precisam correr com medo de suas mercadorias serem recolhidas pela guarda municipal, ação de “rapa”. Considerando o passado de escravidão no Brasil e que os donos do poder têm o hábito de fazer tudo que desejam, o espaço da citada feira é um verdadeiro laboratório para a observação direta de como isso acontece.

Aqueles que têm o poder em suas mãos são habituados a exercer a força sem respeito a quem sofre com a ação, demonstrando uma verdadeira confusão entre

o público e o privado. Dessa forma, a pessoa imbuída de autoridade e poder faz o que quer e não o que está ordenado a fazer, tornando o espaço público uma extensão do lar. No ambiente doméstico, os agressores estariam supostamente protegidos, capacitados e apoiados legalmente a fazerem o que desejam sem interferência da esfera pública. Mas sabemos que tanto o espaço privado como o público são regidos por leis e legalidades que ultrapassam o costume e as vontades individuais. Dessa forma, a velha confusão entre as esferas públicas e privadas são elucidadas a nível legal. Esse imaginário social, os hábitos, os costumes, os apadreamentos, os favoritismos e até o que Saffioti (1987) denominou de “o Poder do Macho” ainda são empecilhos para que as leis sejam respeitadas.

Ao transferirem a suposta lógica que rege o espaço privado para o público, aqueles que exercem o poder – e aqui delimitamos à esfera militar –, agem como se estivessem entre quatro paredes, podendo exercer seus mandos e desmandos sem interferência. Nesse sentido, vemos como no espaço da rua José Avelino, práticas de violência desnecessárias, por exemplo, o uso de armas letais, são indícios de uma sociedade marcada e habituada com a violência, que tem na escravidão sua gênese e seu modo de operar, como bem demonstrou Gilberto Freire. Segato (2016) cunhou o termo “refeudalização do mundo” e, com esse conceito, a autora compara o processo atual de violência e concentração de poder aos feudos medievais em que o senhor de terras decidia sobre a vida e a morte, decidia quem poderia continuar a viver e quem não poderia. No Brasil que tem a escravidão como marca indelével de sua constituição histórica, psíquica e social a imagem do negro é aquela que recebe por excelência a ação da força.

Mesmo com o fim da escravidão, em 1888, negros e negras continuaram no imaginário social e na prática social durante muitos anos num lugar do não ser. Hoje, temos formas de reatualização desse imaginário, mas que em vez de mudar, apenas inclui os pobres como parte marginalizada que sofre com ações desmedidas do Estado.

Vivemos momentos de avanço do conservadorismo e pessoas pobres, negras, indígenas, LGBTQIAPN+, mulheres e todos que se distanciam dos padrões de binaridade, da cor branca ou do que foi convencionado como cultura ocidental moderna, são os alvos de instituições que possuem em suas formas de operar as mais diversas opressões institucionalizadas. Nessa direção, em momentos de crise, são esses públicos que recebem o ônus de uma sociedade que não reconhece todos seus

membros como detentores de direitos, entre eles, o direito à vida e à dignidade, que são os primeiros e fundamentais.

A feira da Rua José Avelino não está desassociada do panorama assinalado, pelo contrário: ela tem em sua forma cotidiana de desenrolar o agravamento do que a sociedade capitalista possui de pior, pois a crise hoje vivenciada como estrutural intensifica as características da sociedade hodierna. Partindo a campo em meio as lentes de observação por nós escolhidas, e diante desse breve preâmbulo, traçaremos agora a nossa entrada em campo na qualidade de pesquisadores.

5.4 Chegada ao campo na qualidade de pesquisador

Em outubro de 2021, decidimos ir a campo apenas para observar o que estava acontecendo e se tínhamos a possibilidade de agendar entrevistas a serem realizadas posteriormente. Embora já tivéssemos uma aproximação com o nosso campo de estudo para além da vida acadêmica, isso não foi um facilitador para o estudo, sobretudo porque a pesquisa foi feita num momento pandêmico que tinha nos distanciado de nosso lócus investigativo por cerca de 1 ano e 6 meses. Assim, quando retornamos àquele ambiente, nos deparamos com dificuldades que pensávamos não existirem, mas que demonstravam como a dinâmica do real nunca corresponde às ideias preconcebidas sem as devidas mediações.

Foi assim que, ao dia 10 de outubro de 2021, um domingo com tempo nublado, saímos de nossa casa até o campo de estudo. Naquele momento, tínhamos receio de sair de casa, pois mesmo tendo iniciado o cronograma vacinal, só havíamos tomado a primeira dose. Observávamos o aprofundamento da pandemia, mas sabíamos que era preciso agir, talvez não apenas por questões acadêmicas, mas também por que precisávamos romper o medo que nos fazia permanecer em distanciamento social por um longo período, e já começávamos a sentir os efeitos negativos a nível psicológico.

Reunimos nossas forças e saímos nas primeiras horas do dia em direção ao centro de Fortaleza, uma pequena viagem de aproximadamente uma hora. No caminho observamos o comportamento das pessoas nos transportes coletivos e a apreensão era nossa companheira: a todo instante pensávamos que poderíamos contrair Covid-19, o que nos motivou a sair do transporte coletivo e chamar um

mototáxi. Antes de chegar à feira da Rua José Avelino, avistamos o mar, o que nos deu um pouco de coragem. Mesmo em dia nublado, a beleza do mar não passou despercebida. Chegamos à feira às 08:12. Chovia fino e muitas pessoas estavam aglomeradas nas calçadas e sob as árvores.

A quantidade de pessoas na feira nos surpreendeu. Embora tenhamos visto nos veículos de notícias que as feiras estavam funcionando mesmo contra os decretos municipais, não imaginávamos presenciar tamanho movimento. A multidão era tamanha que tínhamos dificuldade para nos deslocar. As calçadas estavam como de hábito: lotadas e, por vezes, precisávamos usar a rua para ultrapassar algum aglomerado. Como estava chovendo, as pessoas buscavam proteger suas compras e/os produtos que vendiam em todos os pontos que houvesse algum tipo de cobertura, já que seus produtos quando são molhados geralmente mancham, o que impossibilita a venda posterior.

Aquele momento representava não apenas a nossa entrada em campo como pesquisadores, mas também a nossa saída de casa depois de meses em isolamento social. Naquele período, algumas tentativas de sair haviam fracassado, pois a ansiedade e o pânico não nos permitiam longas aventuras para além dos arredores de nossa habitação. Em relação à feira, assim que chegamos, fomos observando o movimento da realidade: as pessoas correndo de um lado para outro, carregadores com sacos enormes gritando “*Olha o peso!*”, vendedores chamando clientes e estes levando enormes volumes com as últimas novidades da moda fortalezense para revender em seus bairros, municípios e estados, etc. Pessoas em situação de rua esmolavam. De algum lugar ouvíamos alguém falar em alemão, pois a feira está localizada em um dos locais turísticos de Fortaleza e, não raro, estrangeiros aparecem naquele ambiente.

Depois daquela observação inicial, decidimos procurar alguns conhecidos que trabalhavam na feira. Embora já tivéssemos feito tal percurso várias vezes, esse retorno parecia a primeira vez, pois naquele ambiente há uma circulação enorme de pessoas e objetos, e muitos vendedores por nós conhecidos haviam parado de trabalhar, ou tinham migrado para outras feiras, ou trabalhavam agora de forma remota. Em cada galpão que adentrávamos ou esquina onde habitualmente caminhávamos, encontramos conhecidos, de quem comprávamos mercadorias durante alguns anos. Foi assim que descobrimos más notícias, como a morte de uma

vendedora já idosa por Covid 19, e o acidente que havia impossibilitado um de nossos possíveis interlocutores de trabalhar.

Tentamos então estabelecer contato com alguns trabalhadores, o que não foi uma tarefa fácil, tendo em vista o ritmo de trabalho na feira, em que um único vendedor precisa atender mais de um cliente ao mesmo tempo, contar as peças etc. Na feira é comum a venda de apenas um tipo de mercadoria, e essas sempre em quantidade de varejo, assim é preciso atenção para não contar errado e nem perder clientes que estão comumente apressados. Em alguns casos, tivemos que comprar alguma mercadoria para poder conversar, mesmo que essa conversa fosse apenas a tentativa de explicar a pesquisa e sua importância, para que a pessoa aceitasse marcar uma conversa posterior. No entanto, novos clientes apareciam e não raramente o trabalhador que nos ouvia já havia esquecido o que falamos. Suspeitamos, algumas vezes, que não tivessem ouvido. Isso nos levou a mudar de estratégia, pois começávamos nos apresentando, então resolvemos iniciar nossa conversa falando sobre temas relacionados às condições de trabalho na feira e depois indagávamos se poderíamos escrever seus relatos mesmo que apenas o que lembrávamos. Isso nos possibilitou avançar nas entrevistas e, assim, conseguimos conversar com algumas pessoas.

Muitos foram os relatos, como dessa senhora “Só tô aqui, meu filho, porque é o jeito: ou eu trabalho ou morro de fome eu e meus filhos, e eu prefiro morrer do que ver meus filhos com fome”, relatou-nos essa senhora de 36 anos, mãe solo com três filhos que está trabalhando informalmente na feira há dois anos. Entre um cliente e outro, relatava o medo de passar fome ou ver os seus filhos padecerem, medo maior que a própria morte.

Nesses pequenos diálogos, buscávamos ser breve. Começamos nos apresentando e explicando a pesquisa. Em alguns momentos, isso foi um facilitador, pois alguns reconheciam o valor da educação, como esse senhor de 58 anos, “Eu sempre quis estudar, mas não pude. Eu era o mais velho de seis irmãos, tinha que trabalhar duro na roça pra ajudar meus pais, mas um dia decidir vir me embora e nunca voltei pra ficar lá, vou só visitar”. Questionei por que ele não volta a estudar, então ele respondeu: “Papagaio velho num aprende a falar não. Estude, rapaz, estude! De repente o tempo passa e num dá mais tempo fazer nada.”

Já em outros momentos, quando nos apresentávamos, éramos alvo de desconfiança. Alguns trabalhadores não escondiam o descontentamento com a nossa

presença e desses lugares saíamos sem grandes informações. Talvez esses trabalhadores tinham medo de sermos funcionários da prefeitura, enviados para apreender mercadorias, numa tentativa de controle. Uma senhora me perguntou “Você trabalha para a prefeitura, não é? Não tô a fim de conversa não”.

Naquele dia, entre uma e outra tentativa de abordar um interlocutor, tentávamos olhar para o que estava acontecendo: inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que ganham a vida naquele ambiente. Um desses trabalhadores era um jovem asiático que vendia tênis. Os preços eram auspiciosos e havia uma quantidade significativa de pessoas ao seu entorno. Ficamos assistindo aquela cena.

Aquele rapaz asiático, de aproximadamente 25 anos, tinha muita dificuldade com o português e parecia informar apenas os preços dos objetos. Ele estava sentando sobre uma das pernas e com o rosto vermelho. Em alguns momentos, falava em sua língua nativa, o que despertava o interesse de seus observadores. Naquele momento, comecei a pensar como aquele jovem tinha chegado ao Brasil, principalmente, nos milhares de quilômetros percorridos entre seu continente e a América do Sul. Naquele momento, desejamos saber alguma palavra na língua daquele jovem para compreender os motivos que o trouxeram para terras tão longínquas.

Nossas observações continuaram. A cada pessoa sob qual recaía nossa atenção, começávamos a lembrar que tudo tem um processo, que todos os indivíduos são únicos e possuem uma história que se diferencia de qualquer outra pessoa. Contudo, ali estavam reunidas pessoas que encontram no mercado informal uma forma de sobreviver, mesmo com os riscos das viagens clandestinas, de contágio por coronavírus e da insalubridade do local, aquelas pessoas encontram nesse tipo de negócio possibilidades de conseguir a vida.

O trabalho daquele ambiente, longe de ser um trabalho emancipador, é altamente precarizado. E na sociedade capitalista, marcada pela crise atual, tende a ser uma realidade cada vez mais presente. Sabemos que há vínculos formais de emprego no grande ambiente da feira da Rua José Avelino e suas adjacências. Inclusive, sabemos que algumas pessoas dividem suas jornadas de trabalho entre o formal e o informal. Mas o que gostaríamos de frisar não é o vínculo de trabalho presente, e sim as condições em que esse trabalho é realizado. Evidentemente, não dispúnhamos de recursos para uma pesquisa censitária com todos os transeuntes, feirantes e lojistas, já que os lojistas se diferenciam dos feirantes por terem um

ambiente mais cômodo para a realização de seus trabalhos. Contudo, sabemos que as características relacionadas ao trabalho pouco se diferenciam.

Na tentativa de ilustrar a nossa reflexão anterior, entramos em uma pequena loja e logo estabelecemos contato com um casal de meia-idade que vendia blusas de tecido. Cabe salientar que, naquele ambiente, as blusas denominadas “de tecido” são feitas com tergal e geralmente são vendidas para evangélicas e senhoras mais velhas. O casal que estava presente me relatou que trabalhavam três dias na semana, isto é, sexta, sábado e domingo, e que nos outros dias da semana confeccionavam seus produtos em casa. Quando perguntei sobre suas jornadas de trabalho, eles me informaram que chegavam na feira por volta das 03h30 da madrugada e permaneciam até às 14h ou 15h. Seus horários variavam a depender das vendas: quando vendiam bastante, voltavam para casa mais cedo, pois o estoque da loja era pequeno. A senhora logo nos ofereceu café e disse que a bebida quente era o que a mantinha acordada, principalmente, depois das 10h da manhã, que era quando o movimento diminuía. Segundo ela, a melhor hora de vender é durante a madrugada. Quando eu perguntei se eles pensavam em chegar mais tarde à feira, o senhor me respondeu que antes eles chegavam à meia-noite, então chegar às 3h30 já tinha sido um avanço.

Às 11h30 daquele dia, decidimos comer algo e nos dirigimos à barraca de um casal de idosos que vende peixes fritos. Esse espaço fica dentro de um galpão, onde são vendidas saias para evangélicas, vestidos para senhoras mais velhas, roupas de criança e roupas de serviço. Não poderíamos deixar de relatar que as formas de denominar as peças de roupas são típicas daquele lugar e se estendem pelos espaços de onde provém compradores. Dessa forma, os trabalhadores estabelecem uma comunicação relacionada àquele campo de trabalho. Em relação ao local onde almoçamos, lá é cercado por essas vendas, é um espaço com cerca de dois metros quadrados, onde duas senhoras preparam a comida e um senhor faz o serviço de garçom. Esses trabalhadores reclamavam que suas vendas estavam cada vez menores desde o começo da pandemia e que, mesmo com a diminuição de contágio por coronavírus, muitas pessoas ainda preferiam comprar pela internet, que é uma facilitadora para quem mora em outros municípios e estados.

Terminado o almoço, decidimos retornar para casa. Planejávamos voltar uma semana depois para uma nova observação do lócus de pesquisa, e isso de fato ocorreu: quando chegamos novamente à feira, pedintes e pessoas em situação de

rua esmolavam. Entre eles, um senhor nos chamou a atenção e ficamos observando sua atividade. Ele se aproximou de dois rapazes e perguntou se esses eram amigos. Quando responderam que sim, o senhor começou a bendizer aquela amizade, abençoando que durasse toda a vida; disse também que já teve muitos amigos, mas que estes o abandonaram e agora estava sozinho no mundo, doente, velho e largados nas ruas, sofrendo de diversas moléstias. Mencionou a gastrite como a pior, pois o impedia de comer as poucas opções que apareciam. Disse aos jovens que a única comida que não lhe fazia mal era mingau de aveia e já estava há dois dias sem comer. Um dos rapazes contou e entregou várias moedas ao senhor. Quando recebeu os trocados, o senhor disse que iria comprar imediatamente o mingau em frente à Santa Casa de Misericórdia, mas quando se despediu dos rapazes seguiu em direção à Praça dos Leões.

Continuamos a observar o destino daquele senhor. Seus cabelos grisalhos e sua roupa em farrapos voavam ao balançar do vento. Sua pele negra curtida ao sol estava ressecada e queimada. Seu caminhar rápido foi de encontro a alguns amigos que, em meio a sinais de ânimo, corriam em direção à Praça dos Leões. Por alguns momentos, nos lembramos da narrativa de Jorge Amado, quando descreveu as aventuras dos meninos da areia. Contudo, os por nós observados já não eram tão meninos, talvez tenham vivido as diversas peripécias que Jorge Amado descreveu em seu magnânimo escrito, talvez apenas lutaram contra a fome e contra a morte que espreitam a todos aqueles que estão sujeitos às violências da rua.

Pensamos em seguir aquele grupo de amigos para tentar uma conversa, mas eles caminhavam tão depressa que julgamos prudente não o fazer, sob o risco de considerarem isso uma perseguição. Ao caminharmos em frente à Igreja da Sé, uma jovem se aproximou e nos pediu uma esmola. Perguntamos se ela preferia um lanche e com a resposta afirmativa fomos lanchar juntos. O lanche consistiu em suco e pastel, o que nos possibilitou conversar um pouco. Perguntamos de onde ela tinha vindo e soubemos que tinha saído há um ano de Senador Pompeu (CE). Ela era casada com um jovem que fazia parte de sua igreja neopentecostal, a Igreja do Véu. Ambos decidiram tentar a vida em Fortaleza, mas quando chegaram à capital cearense não tiveram a sorte que almejavam e, diante das dificuldades financeiras, logo se separaram. Ela nos relatou que não sabia se seu ex-companheiro tinha retornado à Senador Pompeu. Ela, por outro lado, estava há dois meses em situação de rua.

Perguntamos àquela moça como estava sendo sua jornada, e ela nos disse que tinha começado a usar drogas, que passava muita fome em alguns dias, e que o pouco que ganhava com esmolas mal dava para comprar bebidas alcoólicas ou drogas. Não raramente, ela fazia programas por valores irrisórios como R\$ 5,00, e em algumas oportunidades trocava favores sexuais por comida, drogas ou álcool. Vamos chamar essa moça de Vênus⁵, a antiga deusa adorada antes do advento das religiões monoteístas, considerada a deusa da fertilidade, da riqueza e prosperidade.

Vênus tem apenas 29 anos e estudou até a oitava série. Não é alfabetizada e nos relatou esquecer algumas coisas básicas, por exemplo, escrever o próprio nome ou como voltar à Praça do Ferreira, lugar onde vai com frequência em busca de distribuição de sopa. Enquanto Vênus falava, olhávamos para suas mãos incessantemente trêmulas. Sua pele queimada de sol nos parecia demasiado fina e seus tiques nervosos, como balançar a cabeça para o lado, fazia-nos acreditar que ela possuísse transtornos psíquicos antes de ir para as ruas ou, então, fazia uso de substâncias entorpecentes há mais de dois meses. Perguntei à Vênus se ela gostaria de regressar a Senador Pompeu, e ela me disse que não, pois tinha vergonha. Finalizou dizendo que seus pais ficariam muito tristes e decepcionados, pois eles a consideram morta, e, segundo ela, é melhor assim.

Durante a despedida, perguntamos à Vênus se poderíamos escrever sobre ela em nosso trabalho. Ela nos olhou e disse que sim, e seu olhar nos pareceu triste. Tivemos vontade de naquele momento, apenas abraçá-la. Ela nos aparecia como um retrato de toda a classe trabalhadora na sociedade atual, despossuída de tudo, levando consigo apenas suas memórias restantes e suas poucas forças. Descemos aquela rua com o coração apertado, as expressões da questão social eram ali tão fortes que tinham pernas, rosto, cor, falavam e despediam-se com olhos tristes.

Enquanto caminhávamos, outra pessoa no meio daquela multidão nos chamou atenção: Engels⁶, de 19 anos, uma figura que mesclava o feminino e o masculino e que oferecia saias para crianças. Compramos uma saia no valor de R\$ 6,00, o que nos permitiu uma conversa breve. Engels usava um nome masculino, embora suas unhas postiças, seu rosto maquiado e suas roupas fossem uma mistura do que na sociedade ocidental convencionou-se denominar masculino e feminino. Perguntamos há quanto tempo trabalhava na feira, e nos respondeu que era a primeira

⁵ Nome fictício.

⁶ Nome fictício.

vez, que tinha ido auxiliar sua tia. Nesse momento, a tia vinha em nossa direção, uma figura de saia longa, blusa de mangas, cabelos presos em rabo de cavalo. Engels nos alertou que sua tia era mulher brava e que não admitia muitas conversas, então aproveitamos para perguntar a Engels quais trabalhos havia exercido antes de chegar ali. Nos respondeu que tinha trabalhado em uma confecção de roupas, mas que estava sem emprego há 6 meses.

Cabe salientar que nem todas as pessoas que tentamos contato nos permitiram uma conversa franca, ou mesmo um breve diálogo. Porém, acreditamos que os dados que conseguimos revelam as condições precárias que estão submetidas as pessoas naquele espaço de trabalho. Por um lado, as condições frenéticas de trabalho, com longas jornadas, baixos lucros, medos de perder mercadorias; por outro, o receio da prefeitura e do poder público, que aparecem como algo extremamente negativo. A figura que representa o Estado, na feira da Rua José Avelino, é a dos guardas municipais que tentam levar as mercadorias dos trabalhadores.

O chamado “rapa” são trabalhadores da prefeitura que, auxiliados por guardas municipais, realizam uma fiscalização na Rua José Avelino e adjacências do uso de calçadas. É proibido o uso das calçadas e das ruas para a realização da feira, para qual estão reservados os diversos galpões que circundam todas aquelas ruas entorno do Mercado Central e da Igreja da Sé. Embora dentro dos galpões haja uma proteção contra a chuva e o sol, um valor de R\$ 50,00 deveria ser pago diariamente para que se use um box. Quando questionei uma vendedora ambulante por que ela não usava um box nos galpões, ela disse: “Tem dias que meu lucro não é R\$ 100,00. Então, se eu pagar R\$ 50,00 de aluguel, não vai sobrar nada”.

5.5 Ida até as casas de nossas entrevistadas

Nas andanças pelo campo de estudo, tentamos agendar conversas mais longas, entrevistas que seriam realizadas com mais calma. Muitas pessoas de que nos aproximamos conversavam conosco, entre uma venda e outra, mas quando falávamos da possibilidade de uma entrevista, perguntavam se poderia ser via WhatsApp, pois estavam com muitas atividades. Explicamos que as entrevistas seriam em outro horário, quando não estivessem na feira. Poderíamos ir até suas residências, se assim nos permitissem, e lá conversaríamos com mais tranquilidade.

Dessa forma, eu veria também as condições de moradia daqueles trabalhadores, suas casas, seus bairros, suas ferramentas de trabalho etc. Porém, o máximo que consegui foi um número de telefone que posteriormente me daria uma resposta sempre negativa. A possibilidade era somente via WhatsApp, devido ao seu ritmo de trabalho. Então, por meio de uma amizade em comum, conseguimos entrevistar algumas feirantes, indo diretamente às suas casas. Assim, além das conversas que realizamos no ambiente da feira da Rua José Avelino, também realizamos três entrevistas diretamente nas residências dessas trabalhadoras: três irmãs moradoras de um bairro na periferia de Maracanaú-CE.

Planejávamos uma tarde em que todas as irmãs pudessem nos receber, cujo encontro ocorreu duas semanas depois. Era uma tarde ensolarada e precisávamos nos deslocar de transporte público até chegar no lugar marcado. Isso nos atrasou um pouco, mas quando chegamos à casa de Dona Rosa⁷, encontramos ela e sua irmã Krúspiskaia⁸. Nossa entrevista decorreu na forma de uma conversa: sentados ao entorno do trabalho de Dona Rosa, conversamos sobre seus trabalhos, seus sonhos e como está conseguindo lidar com a vida, diante das adversidades do mundo atual.

Os nomes aqui utilizados são fictícios, tendo em vista resguardar a privacidade de nossas entrevistadas. Para que a entrevista ocorresse, pedimos que elas assinassem um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual estava explícito os objetivos da pesquisa, elucidando que a mesma era de forma voluntária e não resultaria em nenhum ganho financeiro, assim como elas poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento. Fizemos questão de realizar as entrevistas na casa dessas trabalhadoras, imaginando que elas se sentiriam mais à vontade para falar conosco e que nós poderíamos melhor observar as suas condições de vida. O roteiro de entrevista era semiestruturado, mas tentamos conversar de forma livre, apenas direcionando a conversa e buscando estabelecer um diálogo franco e aberto.

Nos dirigimos inicialmente à casa de Dona Rosa. Quando adentramos a residência, percebemos que o cômodo possuía uma pequena mercearia improvisada na parte da frente e que, ao lado, dispunha de um corredor que nos levava ao ateliê de costura de Dona Rosa, um quarto pequeno, sem janelas que a dona da casa acomoda suas ferramentas de trabalho. Tecidos, máquinas, botões, tesouras, sacolas

⁷ Nome fictício.

⁸ Nome fictício.

fazem parte do cotidiano dessa trabalhadora, que nos convidou ao seu ateliê e lá começamos a conversar. Inicialmente, agradecemos por ter nos recebido e seguimos com a entrevista. Enquanto Dona Rosa costurava tecidos e histórias, Krúpiskaia corroborava.

Dona Rosa iniciou nos contando que vive do mercado informal há cerca de dez anos e que já trabalhou em confecções de costura. Não obstante, decidiu trabalhar por conta própria, iniciando como ambulante. Quando fixou uma clientela, passou a vender suas mercadorias para atravessadores “Eu não estou indo mais vender na feira, mas eu tenho compromisso como eu fosse vender lá, eu ia, aí arrumei clientes lá e agora fico indo lá só entregar, não preciso ficar vendendo não”.

Krúpiskaia relatou também buscar uma forma de não precisar mais ir à feira vender como ambulante, pois em seu cotidiano laboral sofreu agruras das mais diversas. “Já passei de tudo naquela feira, já tomaram mercadorias minhas, já fui empurrada, já levei carreira”, e acrescenta: “Como tô trabalhando como cabeleireira também estou tentando me afirmar pra não precisar ir mais, porque durante 8 anos eu vou pra feira toda semana”.

Krúpiskaia, relata que o medo de ir à feira aumentou principalmente depois da morte de um feirante “Agora que morreu um feirante e tem dois internados, não sei se vai acontecer alguma coisa, mas sempre fica em nada”. Além do medo, Krúpiskaia enfrenta longas jornadas de trabalho “Saio de casa às 4h da manhã, pego o Pajuçara e, do terminal da Parangaba, eu pego outro ônibus pra ir pra lá. Eu chego lá umas 6h e fico lá até a hora que dar: pego chuva, sol, às vezes fico até 3h, 4h da tarde”.

Vemos nos relatos acima como a necessidade de reproduzir materialmente a vida é algo imperativo. Mas não se trata de escolhas, já que na sociedade do trabalho abstrato as demandas do capital são atendidas primeiro. O ser do trabalho necessita continuar a viver e, sem trabalho fixo, a única opção é continuar na informalidade, como relata Krúpiskaia.

Arranjar emprego tá cada vez mais difícil. E pra trabalhar ganhando um salário mínimo não dar, as coisa estão cada vez mais cara, então ganhar 400 reais numa quinzena não dar, principalmente pra quem tem que pagar aluguel, água, luz, tirar tudo daquele dinheiro. Então trabalhar na feira, se trabalhar muito, dar de ganhar um pouquinho.

Sobre seus sonhos, as duas irmãs nos contam que sonharam em estudar, mas as condições de vida não permitiram. Dona Rosa disse:

Meu sonho era ser professora. Quem dera eu pudesse parar com tudo isso que faço e voltasse a estudar, porque a gente fica desatualizada. Hoje eu tenho vontade fazer uma coisa no celular e não sei, fiz até o primeiro ano do Ensino Médio.

Sua irmã, mais jovem, assevera que sua realidade de vida não foi diferente:

Eu fiz até a 6ª série, mas não pude terminar porque fui mãe solo e precisa cuidar dos meus filhos, porque não tinha ninguém que ajudasse, então tentei muito estudar, mas não consegui. Então o conselho que eu dou é: quem puder estudar, estude! Porque cada dia as coisas vão mudando mais e hoje tudo é digital, então eu dependo dos outros, na hora que eles bem querem. Quem me ajuda é minha filha e meu marido, então do jeito que eu vivo dar pra eu sobreviver. Tudo que eu tenho veio da feira, assim como tem milhares de pessoas ali que vivem da feira.

Na sequência de nosso diálogo, as duas irmãs nos contaram que vieram do interior de Pacatuba ainda crianças e fixaram residência na periferia de Maracanaú–CE desde então. É de lá que se deslocam até a feira, uma ou duas vezes por semana “Vou na quinta e no sábado quando tenho muita mercadoria, quando tenho pouca vou só na quinta, porque esses dias são bom pra vender os outros dias fico fazendo as peças e trabalhando de cabeleireira”., relatou-nos Krúpiskaia.

Embora se dirijam à feira poucas vezes na semana, os outros dias são dedicados às confecções das peças que serão por elas comercializadas. Dona Rosa nos conta a colaboração de outra costureira. Já Krúpiskaia relata “produzo minhas peças todas sozinhas, desde da compra do tecido, até a entrega”. No fim de nossa conversa, relata que “mas desistir da feira não tem como, vou ficar na feira até o dia que Deus permitir”.

Vimos nos relatos dessas duas irmãs que o trabalho informal se apresenta como uma forma de elas conseguirem atender as suas demandas e as de suas famílias. Ao mesmo tempo, nos refletimos sobre a precarização do mercado formal de emprego, já que este algumas vezes não possibilita ganhos suficientes para a manutenção dessas famílias. Assim, elas preferem continuar a trabalhar com a feira, mesmo diante dos vários riscos, sejam ligados a questões sanitárias ou a repressões policiais.

Quando saímos da casa de nossa Rosa, nos dirigimos à residência da senhora Eleanor⁹. Era 16h, ela tinha acabado de chegar da feira e sua pele branca estava avermelhada. Disse-nos que mal havia se sentado, que tinha passado o dia quase todo em pé, vendendo na feira. Perguntamos como ela tinha aprendido essa profissão. Ela nos respondeu: “Eu aprendi com minha irmã, eu aprendi tudo com minha irmã. Em empresa a gente trabalha e só quem ganha é o patrão, e a gente ainda é humilhada. Aí comecei a ir pra feira, fiz o cred-amigo, aí comprei tudo”.

Antes de trabalhar na feira, comenta, “trabalhei numa fábrica de castanha. Fui trabalhar nas confecções, gostei, aí comecei costurar em casa. Comecei e até agora estou no ramo da costura”. Ela nos disse que não tem um dia fixo para ir à feira, porque, como faz tudo sozinha, vai vender quando tem muitas peças prontas. “Eu saio 4h30 da manhã e não tenho hora pra voltar. Às vezes volto mais cedo, 2h30, às 3h, às 4h, não tem horário certo não”. Sobre a dinâmica das vendas, relata que “vendo na rua, eles deixam a gente vender de madrugada até umas 8h, aí quando eles chegam, uns vão embora, outro ficam correndo até conseguir vender as mercadorias”.

Contou-nos ainda que “gostaria de ter estudado mais, mas não me reclamo de ser costureira porque tudo que eu tenho foi através da feira, casa, criei minhas filhas”. Eleanor, disse: “Depois que comecei a trabalhar na feira, não tenho mais patrão, meu patrão agora é só Deus”. Acreditando na autonomia seu trabalho, disse ainda que conta com o auxílio emergencial e o Bolsa Família para complementar sua renda e a de seu marido, que trabalha como carregador na Ceasa. Disse ainda que não concorda com a repressão policial a feirantes, pois naquele ambiente “só tem pai de família”.

Nos relatos reproduzidos, cabe destacar que essas trabalhadoras, habituadas a uma longa rotina de trabalho, executavam suas atividades de uma forma rápida e não dispunham de muito tempo para conversar conosco. Assim, muitas das respostas eram curtas. Em alguns momentos, não deixei de observar como elas demonstravam o desejo que as entrevistas acabassem logo. Com isso, vemos como as condições de trabalho geram as formas de comportamento e de aproveitamento do tempo. Essas mulheres, acostumadas a longas e triplas jornadas de trabalho, não podem se permitir ter preguiça, ou ficar paradas supostamente sem fazer nada. Acreditam na autonomia de seus trabalhos e não querem mais se submeter a uma

⁹ Nome fictício.

rotina de emprego formal. Além disso, não pagam previdência social e todas são evangélicas de igrejas não históricas.

Após conversamos com as três irmãs, nos dirigimos a outras duas residências. Ainda tínhamos agendados mais duas entrevistas em bairros vizinhos, porém essas pessoas não puderam nos atender. Tentamos remarcar, mas sem sucesso. Uma dessas mulheres nos relatou por telefone que, quando não está na feira, fabrica todas suas peças que serão vendidas no comércio ao ar livre e que, durante o período que fica em casa, cuida dos três netos para que suas mães possam trabalhar.

É interessante salientar ainda que, mesmo diante de jornadas de trabalho tão grandes, essas mulheres nos receberam de forma gentil, riam em nossas conversas e nos aconselhavam a seguir os caminhos da educação. Além de suas atividades na feira, elas ainda cuidam de seus lares, maridos, filhos e desempenham outros trabalhos no campo da informalidade. Sem dúvida, muitos outros pontos poderiam ser aqui detalhados, mas um nos chamou atenção.

5.6 Facções, religiosidade e trabalho informal; expressões do capital em crise no território onde moram nossos (as) entrevistados (as)

No que concerne à religião das pessoas por nós interpeladas, todas eram evangélicas. Sabemos que no Brasil o crescimento do conservadorismo acompanha o avanço da extrema direita e que isso está intimamente ligado ao desenvolvimento das igrejas evangélicas. Por isso, julgamos imperativo uma análise um pouco mais aprofundada acerca da ligação entre conservadorismos neopentecostais, facções criminosas e a crise estrutural do capital, tendo como lócus de observação o território onde residem as pessoas que colaboraram com a nossa pesquisa.

Assistimos, não sem angústias, o avanço neopentecostal que tem um forte alinhamento com as ideologias das facções criminosas que conquistam espaço na cena contemporânea brasileira. Dessa maneira, o conservadorismo, que por si só já é uma ameaça à vida de muitas pessoas, se alia à violência típica do tráfico de drogas, na qual a vida é frequentemente a moeda de troca em dívidas por vezes irrisórias. Infelizmente, o comércio de drogas ilícitas no Brasil cresce de forma assustadora enquanto se alia aos valores das igrejas neopentecostais, assim o conservadorismo se torna ainda mais violento. Concepções distorcidas acerca de família, gênero,

sexualidade e comportamento são os antivalores que ligam e cimentam as duas vertentes de pensamento.

Da mesma forma, a Igreja católica, que perde fiéis para as religiões neopentecostais, cria congregações em seu seio, aproximando-se de seus antagonistas, adotando rituais evangélicos para adquirir mais adeptos, como no caso das vertentes Shalom e Renovação Carismática, congregações conservadoras que assim como os neopentecostais atacam as religiões de matrizes africanas e demonizam suas divindades como Exus e Pombas Giras. Poderíamos afirmar que a única diferença entre católicos de tais vertentes e neopentecostais é a utilização de imagens de santos. Mas as facções criminosas se ligam diretamente às religiões neopentecostais, inclusive permitindo a saída de alguém faccionado apenas se este passar a se congregar numa dessas igrejas. Assim, tais pessoas passam a viver na “graça”, do contrário seriam mortas.

Uma prática comum entre as facções criminosas é invasão de terreiros, quebrando imagens e profanando os ambientes considerados sagrados por quem ali se reúne. Em algumas situações, queimam as casas e, por vezes, assassinam mães e pais de santos. A demonização de entidades do Candomblé e Umbanda são puras expressões do racismo estrutural presente na sociedade brasileira: enquanto santos africanos forem considerados demônios, os adeptos dessas religiões hegemônicas serão constantemente vítimas das mais diversas violências. A criminalização das pessoas negras e o que a elas se refere a nível cultural, político e religioso é uma das mais perversas formas de desrespeito a esse grupo populacional. Nessa perspectiva hegemônica, tudo o que se refere às pessoas negras é considerado pecado, ligado ao demônio ou deveria ser eliminado. O racismo estrutural precisa urgentemente ser combatido. No que se refere à conjuntura, as políticas públicas de promoção da igualdade racial são necessárias e urgentes, embora apenas uma transformação estrutural poderá de fato emancipar todas as pessoas.

As igrejas neopentecostais, guardadas as devidas proporções, são as executoras das manifestações fenomênicas das expressões do que nossa sociedade institucionalizou a nível comportamental que deveria ser perseguido e eliminado. Weber ao analisar a sociedade capitalista percebeu que o cristianismo era a religião mais apropriada a tal sistema de produção. Olhando para o cristianismo clássico e a atualidade do sistema vigente, podemos reafirmar não apenas o acerto de Weber, como também o aprofundamento da lógica perversa que alia religião e economia na

busca da domesticação dos corpos e aprofundamento do fetiche, como foi descrito por Marx.

Assim, a objetificação do ser humano, a desumanização e o avanço do neonazismo aprofundam o sadomasoquismo típico da sociedade brasileira que goza com a própria dor ou a de outrem. O sadomasoquismo em níveis exacerbados foi cultivado nas relações escravocratas e perpetuadas em espetáculos de dor, assistido e admirado por quem se habitua à violência cotidiana. O tráfico de drogas, por mais organizado que esteja e procure funcionar em uma lógica empresarial, não perde a oportunidade de exibir corpos mutilados e espalhados pelas periferias dos grandes centros urbanos, acontecimentos amplamente divulgados na TV aberta brasileira.

Assim, quem assiste aos espetáculos diários da barbárie humana são os que dizem prezar pela vida e pelos valores humanos genéricos, como a dignidade, mas ao mesmo tempo demonizam os direitos humanos, reproduzindo as falas e os pensamentos de apresentadores de TV aliados ao que de há de mais retrógrado na sociedade brasileira. Nesse sentido, observamos a contradição inerente àqueles que se afirmam liberais na economia e conservadores no que tange aos comportamentos.

Acreditamos ser interessante constatar que todas as pessoas por nós entrevistadas são neopentecostais e vivem na periferia da cidade de Maracanaú e Fortaleza. São nesses ambientes de pobreza e negação de direitos que as igrejas evangélicas não históricas encontram terreno fértil para pregar suas doutrinas. Nesse contexto, a chamada teoria da prosperidade e as supostas saídas de situações de extrema miséria, uso excessivo de drogas, violências domésticas e demais expressões da questão social são buscadas nas igrejas. Enquanto isso, as igrejas encontram facilidade de funcionamento e, por vezes, pessoas ligadas ao tráfico que frequentam os cultos. Alguns, inclusive, chegam ao cargo de pastor, desde que “abandonem” o crime, situação oposta à de religiões de matrizes africanas e seus adeptos.

A moral neopentecostal, por nós observada, é a típica moral ultraconservadora que define papéis de gênero, por exemplo, mulheres travestis e transexuais não podem fazer parte das facções e nem ter relações afetivas e sexuais com os “faccionados”, sob pena de expulsão do território ou até a morte, em caso de reincidência. Em relação aos casos de assassinatos e espancamento de travestis, uma das regras mais comuns é a do silêncio, segundo a qual ninguém vê nem ouve nada. Isso foi relatado por uma de nossas entrevistadas, que ainda contou sobre os

casos em que homens homossexuais, moradores de locais dominados por facções rivais, são atraídos por homens faccionados por meio de aplicativos como Grindr. Quando chegam ao local combinado, os homens homossexuais são surpreendidos por muitos homens faccionados, que os estupram coletivamente.

O que desejamos demonstrar é que o ambiente por nós analisado não se restringe à feira José Avelino, mas também aos habitados e frequentados pelos sujeitos da pesquisa. Outrossim, a periferia onde nossos entrevistados habitam é um lugar com uma dinâmica e um simbolismo próprio, seja no que se refere às leis instituídas pelo tráfico, seja pela moral compartilhada entre esses e os evangélicos. Foi observada a existência pouco efetiva de movimentos sociais, então acreditamos ser um local marcado pela violência, medo e precarização do trabalho, reflexo de uma sociedade em crise que atinge todos os âmbitos da vida.

Para nós do campo do marxismo ontológico revolucionário, os trabalhadores e trabalhadoras da feira da Rua José Avelino são o que denominamos lupem-proleteriado, ou seja, uma parte da classe trabalhadora que não adentra o mercado de trabalho formal, mas que influencia diretamente nos preços dos salários. No contexto da crise estrutural do capital, que possui um desemprego crônico, como indica Mészáros (2000), esse contingente de trabalhadores busca formas para continuarem vivos, utilizando as mais diversas estratégias.

Lembremos que na “Na luta de classes não há empates” (CFESS, 2017), pois o avanço da miséria, além dos adoecimentos físicos e mentais, do avanço do conservadorismo em posturas cada vez mais nazifascistas – frutos do avanço da extrema direita no Brasil e mundo – de abalos econômicos e culturais, todo esse desenrolar perverso de um mundo que se reproduz por meio da destruição são apenas algumas das características de uma civilização em crise.

Vimos que na segunda metade do século passado Mészáros (2002), retomando o pensamento de Marx, formulou o conceito de crise estrutural do capital. Segundo Mészáros (2002), as aparições fenomênicas, como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a flexibilização das leis trabalhistas provêm de algo muito profundo, não havendo mais solução para o drama humano sob a égide do capital.

Somente uma ruptura com o sistema socio-metabólico do capital tornaria possível a criação de outra sociabilidade. Portanto, no contexto atual que vivemos, marcado pela regressão dos direitos sociais e de avanço do conservadorismo em meio à pandemia de coronavírus, percebemos a acentuação das contradições do

capital, tornando a miséria ainda maior em meio à acumulação exagerada de bens e poder por um diminuto e insignificante grupo. Isso demonstra a impossibilidade de resolver a situação da humanidade sem uma ruptura radical com as bases civilizacionais que sustentam uma ordem desumana e cruel.

Embora a atualidade seja marcada pela esfera fenomênica, dificultando a compreensão do mundo pela classe trabalhadora brasileira que vem sendo precarizada, o avanço da crise estrutural e suas manifestações está nas perdas de direitos, devido às contrarreformas do (des)governo brasileiro, como a reforma da trabalhista, a reforma da previdência, reforma do ensino médio e o congelamento de gastos com a seguridade social.

A informalidade, aparece nesse contexto como uma estratégia da classe trabalhadora frente à reestruturação do capital, na busca pela sobrevivência daqueles que são impedidos de vender a sua força de trabalho. No Brasil, isso tem raízes profundas, desde a peculiar formação do mercado de trabalho no país à atual recessão econômica vivida, sobretudo, a partir do golpe jurídico-parlamentar perpetrado pela burguesia nacional com apoio do capital financeiro internacional, que entendemos como uma das estratégias de reorganização do capital.

Observamos ainda que o *lócus* de nossa pesquisa abriga, além dos que vendem e compram, muitas pessoas em situação de rua e de prostituição, mulheres, homens, idosos que pedem esmolas a quem por ali passa. A esse grupo não é apenas negado o acesso ao mercado de trabalho, essas pessoas vivem na borda da margem.

Vimos ainda que o capital em crise expande-se pela exploração do trabalho e pela disseminação e agravamento das opressões de gênero e raça, relegando as margens do social e do imaginário àqueles considerados “inferiores” ou aos que incomodam uma suposta ordem. Pensamos que a educação, mesmo com o seu histórico papel de reprodutora das opressões, é um lugar de disputa de narrativas e discursos que podem influenciar a construção de posturas éticas e de comportamentos diferentes dos que vemos hoje.

Não cabe à educação o papel revolucionário da história, este é das classes sociais que, em disputa, revolucionam o mundo. Pensamos com Marx e Engels (2008) que somente a classe trabalhadora, sendo expropriada de tudo e não tendo nada a perder a não ser as algemas, é quem pode de fato lutar por uma transformação profunda, criando uma sociedade baseada no trabalho associado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limiar de nossa exposição, não podemos olhar para nosso percurso formativo sem deixar de recordar as agruras que nos trouxeram até aqui. Como filhos e filhas da classe trabalhadora, historicamente o conhecimento que nos chega é um conhecimento limitado e precarizado. Contudo, não permitimos que isso nos limitasse. Todas as pessoas que passaram por nossa vida nos auxiliaram para que de ribeirinhos, agricultores e feirantes pudéssemos parar e pensar na nossa realidade.

Agnes Heller, em seus bons tempos de marxista, nos lembrou que por mais heterogêneo e alienado que o cotidiano seja, nunca poderão nos impedir de momentos de elevação, e essa dissertação é o nosso momento de homogeneização. Quando tivemos acesso a elementos que permitiram analisar nosso mundo, vimos que ele *está* assim, mas que não é assim, pois, da mesma maneira que a humanidade construiu seu mundo, ela também pode reconstruí-lo. Nos sentimos tão felizes em escrever essa frase tão profunda, pois esse conhecimento que nos foi historicamente negado pode, enfim, chegar a nós.

Desde a nossa infância, antes de aprendermos a ler e escrever, pedíamos que os nossos irmãos e vizinhos lessem alguns livros para nós, e então nos deliciávamos com aquelas palavras tão bonitas. Naquela época, decorávamos todas as históricas, palavra por palavra, para fingir que já sabíamos ler quando estivéssemos na escola.

Quando chegamos à escola, sempre éramos os mais velhos da turma. Lembro o meu primeiro dia de aula quando, aos oito anos de idade, começamos a frequentar a escola. A cena mais forte daquele dia em minha mente é a minha mãe me levando por uma pequena vereda que ligava a nossa casa ao povoado. Eu chorava, tinha medo e naquele percurso tive a ousadia de rasgar meu caderno. Meu medo era de as outras crianças se habituassem a praticar racismo devido aos meus cabelos crespos e à minha sexualidade. Então, as questões de raça e gênero se somaram às dificuldades de classe, já que minha família era muito pobre.

Contudo, a experiência na escola foi outra. Logo nos apaixonamos pelos livros, pelo mundo que saía daquelas páginas e pela capacidade que alguns tinham de traduzir aqueles “hieroglifos”. Aos poucos, as palavras que decorávamos ligavam-se às letras, e signos e sons se uniam diante de nossos olhos. Já não era preciso que outros lessem para que pudéssemos decorar.

Dessa forma, ficamos alegres, porque estamos chegando ao fim do mestrado e, assim, rompemos mais um ciclo de conhecimento. Mas ao mesmo, sabemos que muitos e muitas que vieram de onde viemos, permanecem lá. Nesse sentido, as pessoas que entrevistamos em nossa pesquisa, todas moradoras da periferia do mundo, são como nós, Severinos, Raimundos, Joãos e Marias. Somos todos despossuídos, não temos pátria, não temos pão, mas podemos construir outro mundo.

João Cabral de Mello Neto resumiu em sua prosa “Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue, que usamos tem pouca tinta” (MELO NETO, 2020, p. 169). E completamos com Marx que se a classe trabalhadora tudo produz a ela tudo pertence. Marx nos deixou um brilhante legado. Com a sua teoria crítica, podemos compreender o mundo e atuar para transformá-lo.

Assim, as bases de nossa investigação estão nas análises de Marx, Engels, Luckács e de seus intérpretes, clássicos como Mészáros e Heller, e as professoras Cristiane Porfírio e Lenha Diógenes, que foram me apresentando à teoria crítica, juntamente com o corpo docente da UECE e da UFC. Todas essas relações me permitiram conhecer o que de melhor foi produzido para a compreensão do mundo e da situação de classe por nós vivida: a ontologia em uma perspectiva revolucionária. Desse feito, adentramos o nosso mundo com as valiosas lentes do materialismo histórico-dialético.

É duto elucidar que fazemos parte de nosso objeto de estudo. Assim, quando penetramos em nossa vida na qualidade de pesquisadores, tivemos um certo estranhamento e ao mesmo tempo uma alegria, pois tínhamos elementos que nos permitiram analisar a nossa realidade criticamente. Desse feito, a feira José Avelino que vimos pela primeira vez há mais de dez anos, quando realizamos uma viagem clandestina de Lagoa Grande do Maranhão para Santa Maria em Pernambuco, se abriu diante de nossos olhos como algo novo em dimensões e em possibilidades de manutenção material da vida e de *locús* de investigação.

Nessa sociedade capitalista, com o desemprego crônico, os despossuídos precisam buscar nas mais diversas estratégias maneiras de continuar vivos, mas merecemos mais que apenas sobreviver. Todos os conhecimentos e benesses produzidos pela classe trabalhadora a ela pertence, assim as pessoas entrevistadas,

que possuem jornadas laborais extenuantes e não tiveram acesso à educação de qualidade, que levam horas para se deslocarem até os seus postos de trabalho, que sofrem agressões pelas forças armadas do estado e as mais diversas opressões de classe, gênero e raça merecem muito mais que sobreviver, nós merecemos uma vida digna.

Nos inquietou estar num ambiente onde estão alguns extratos mais subalternizados da classe trabalhadora. Lá, percebermos a falta de organização política. Não atribuímos culpa às pessoas trabalhadoras, mas à falta de acesso ao que de mais avançado foi elaborado para uma mudança efetiva do real, isto é, o marxismo revolucionário, aliado a uma concepção de defesa da natureza que está cada dia mais degradada e a uma discussão séria e comprometida como todos os grupos sociais historicamente subalternizado, ou seja, mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, trabalhadoras (es) do sexo etc. Pensamos que somente uma aliança da classe trabalhadora com todos os grupos que foram historicamente considerados escória e revoltados poderá ser vitoriosa e criar um mundo de todas, todos e todes.

Nesse sentido, acreditamos em uma sociedade de seres livremente associados, produzindo para responder às necessidades humanas e permitindo a exteriorização do ser. Em outras palavras, um trabalho para a vida, e não a vida para um trabalho que mutila, castra e domina. Em outras palavras, sendo uma pessoa que tem em si o seu gênero. Dessa maneira, indo além do que temos hoje, sendo uma pessoa integral, humana que tem acesso a tudo o que de mais avançado foi produzido pela humanidade no campo artístico, educacional e científico, ultrapassaremos a pré-história da humanidade. Essa é a tarefa do trabalho, do complexo da educação e de todos os complexos sociais: atuar para a construção de uma sociedade comunista.

REFERÊNCIAS

- AIDÉZ-NOUS a lutter contre la faim. **Oxfam**, [S. l.], p. Oxfam, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org/fr>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMBULANTE morre durante confronto na Rua José Avelino, no Centro de Fortaleza. **G1**, Fortaleza, 21 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/08/18/ambulante-morre-em-confronto-na-jose-avelino-no-centro-de-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Liana Brito de C. A Questão do Método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. *In*: MENEZES, Ana Dorta; FIGUEREDO, Fabio Fonseca. **Trabalho e Sociabilidade e educação**: uma crítica a ordem do capital. Fortaleza: UFC, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. CADÊ os Yanomami?. **Portal geledés**, [S. l.], 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cade-os-yanomami/>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- CAMPOS, Maria Tereza; ODA, Lucas kiyoharu Sanches. **Multiversos**: língua portuguesa: ensino médio. São Paulo: [s.n.], 2020.
- ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008
- ENGELS, Friedrich; **O papel do trabalho para a transformação do macaco em homem**. Mariana, SP: Global Editora, 1982.
- FEDERICI, Silvia. **Calibán y labruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria.Sánchez**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.
- FEIRA da Jose Avelino tem aglomerações e desrespeito as medidas de protecao. **O Povo**, Fortaleza, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2021/04/19>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Tradução Walternir Dutra. Jimenez, Suzana. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G5vzdDJ9Vyo>. Acesso em: 17 jun. 2020

KLEIN, Naomi. *In: DOCUMENTÁRIO A Doutrina do Choque*. Direção: M.Whitercross e M. Winterbottom. Roteiro: Naomi Klein. Canadá, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, Gyorgy. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. 1968. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/> Acesso em: 2out. 2018.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Nélio Shneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALINOVISK, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. p. 70-80.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política: tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**– 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas**, 1969. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1219?show=full>. Acesso em 12 fev. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **World employment and social outlook: the changing nature of jobs**. Geneva, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/wcms_368626.pdf. Acesso em: 07 nov. 2017.

OXFAM BRASIL. **8 homens têm mesma riqueza que metade mais pobre do mundo**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/8-homens-tem-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-do-mundo>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PAULO NETTO, José. Cinco nota a propósito da “questão social”. *In*: PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e Lutas de Classes**. Tradução de José Severo de Carmo Pereira. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo – SP: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, 2002.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital**. 3. ed. São Paulo. Instituto Luckács, 2016.

TAVARES, Maria Augusta. O Empreendedorismo e a Corrosão das Leis Trabalhistas. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007. São Luís. **Anais...** São Luís: [s.n.], 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

Nome:

Nome Social: _____

Endereço _____ Bairro _____

Idade: _____ Estado Civil _____

Gênero: Travesti () Transexual () Heterossexual () Homossexual ()

Outro _____

Escolaridade: Alfabetizado (a) () Não Alfabetizado ()

Ens. Fund: Complet. () Incomp. () Ens. Med: Complet. () Incomp. () Ens. Sup:

Complet. () Incomp. () Pós-Graduação _____

Outros _____

Trabalho: Formal () Informal () Profissão: _____ Aposentado (a) ()

Pertença Étnico-Racial: Preta () Branca () Indígena () Parda () Amarelo Outras ()

) Se outras

especifique _____.

Religião: Sim () Não ()

Espírita () Católica () Evangélica Umbanda () Candomblé () Ateu () Outras ()

_____.

Filhos: Sim () Não () Quantos: 1 a 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () Criança () Adolescente ()

Jovem/Adulto ()

Tem Contato com os Filhos? Sim () Não () Se não por quanto tempo? _____

Pessoa Com deficiência: Sim () Não ()

Física ()

Cognitiva ()

Recebe Benefício? Sim () Não () _____

1. CONCEPÇÕES ACERCA DO TRABALHO

1.2 É natural de Fortaleza? Se não de onde veio, porque e quando?

1.3. Quando você começou a trabalhar? (quando criança, adolescente...) (Se veio de outra cidade, qual a primeira atividade laboral que exerceu em Fortaleza?)

1.4. Você lembra quantos empregos você teve antes de começar a trabalhar na José Avelino?

1.5. Já tinha trabalhado informalmente? Onde, por quanto tempo? Qual atividade exercia?

1.6. Quais os motivos que lhe impulsionaram a começar a trabalhar no mercado informal na José Avelino?

1.7. O que você vende na José Avelino?

1.8. Há quanto tempo exerce atividade informal?

1.9. Se você recebesse a proposta de um trabalho com carteira assinada você deixaria a sua atividade Informal? Porque?

1.10. Exerce outra atividade além da informal? Onde? Como é conciliar as duas (ou mais atividades laborais?)

1.11. O que esse trabalho representa para você (se possui mais de um trabalho)?

2. FEIRA DA JOSÉ AVELINO

2.1. Porque você trabalha na José Avelino?

2.2. Você gosta de trabalhar na José Avelino?

2.4. Qual foi o procedimento para começar a trabalhar na José Avelino?

2.5. Se trabalhar em outro lugar, qual a diferença entre outro espaço/ emprego com na José Avelino/Informalidade?

2.7. Você tem relação com as/ clientes? Como é essa relação?

2.8. Como elas e eles se referem a você? Chamam-lhe por seu nome? Se não, você se incomoda?

2.9. Existe algum contanto com s servidores da prefeitura?

3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

2.1. Qual sua relação com as/os outras/os trabalhadoras/es informais presentes José Avelino?

2.2. Se houver alguma tentativa de retirarem vocês daqui, como vocês agirão?

2.3. Vocês fizeram ou fazem parte de alguma organização sindical? Qual?

2.4. Vocês fizeram ou fazem parte de alguma organização política? Qual?

2.5. Qual a sua compreensão acerca da organização político-sindical dos trabalhadores?

2.6 a prefeitura estabelece algum contato com vocês?

4. CONDIÇÕES DE VIDA

3.1. Qual cidade/bairro você mora? (possui sistema de água e esgoto?)

3.2 Como é o trajeto para chegar a José Avelino, qual transporte você utiliza para vir a feira?

3.3. Qual a sua jornada de Trabalho? Alguém lhe auxilia na produção e venda?

3.4. As/os outras/os componentes da sua família possuem renda? Se sim, essa renda provém de emprego formal ou informal?

3.5. Se você parasse com esse seu trabalho, vocês teriam possibilidade de se sustentar?

3.5. Você contribui com a previdência social? Se sim, em qual categoria? Se não, tem informações sobre a contribuição como micro empreendedor individual?

3.6. Com a atual reforma da previdência, no qual para se aposentar serão necessários 42 anos de contribuição, você considera possível acessar a aposentadoria?

3.7. Depois da aposentadoria, o que pensa em fazer em relação a trabalho e a moradia (Se veio de outra cidade/estado)?

6. concepções acerca da educação

6.1 Qual a sua escolaridade?

6.2 o (a) senhor (a) gostaria de ter tido maior acesso aos estudos?

6.3 Na sua família qual o grau de escolaridade? (pai, mãe, irmãos...)

6.4 Se tem filhos, qual a escolaridade destes?

6.5 O que o (a) senhor (a) espera da educação de seus (as) filhos (as)?

6.6 A educação é importante?

(espera a resposta, por quê?)

6.7 o (a) senhor (a) considera que a educação tem algum papel para a organização política/sindical de quem trabalha na José Avelino?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a) esta pesquisa “Trabalho, educação e informalidade: os trabalhadores da feira José Avelino em Fortaleza - CE”, que está sendo desenvolvida pelo estudante de Mestrado Acadêmico em Educação Brasileira Raimundo Rocha Ferreira Filho, sob a orientação da Profa. Dra. Francisca Maurilene do Carmo, do Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, tem por objetivo a compreensão das condições de vida e de trabalho das pessoas que estão inseridas no mercado informal Na feira da José Avelino. O citado trabalho se caracteriza como uma dissertação de mestrado e é pré-requisito para a obtenção do título de mestre em educação brasileira. Desse modo, solicitamos a sua colaboração na forma de concessão de entrevista, como também sua autorização:1) para que a mesma seja gravada, com fins de posterior transcrição e análise dos dados; 2) para apresentar os resultados deste estudo em meios acadêmicos, os quais não serão utilizados para fins de controle de quaisquer naturezas, seja econômica, moral, cultural etc. Na ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa não trará benefícios de natureza econômica, sua participação é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os (as) pesquisadores (as) estarão à sua disposição para qualquer elucidação que considere necessária em qualquer etapa da pesquisa.

Raimundo Rocha Ferreira Filho

Prof^a. Dr^a Francisca Maurilene do Carmo

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Fortaleza - CE ,de de

Assinatura do (a) Voluntário (a)

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador (85) 9 9408-0416.